



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS DE
LICENCIATURA EM LETRAS
LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA

THIAGO NASCIMENTO DANTAS

**NORMA LINGUÍSTICA EM GRAMÁTICAS BRASILEIRAS DO
SÉCULO XXI: A ABORDAGEM DA CONCORDÂNCIA VERBAL**

João Pessoa
2020

THIAGO NASCIMENTO DANTAS

**NORMA LINGUÍSTICA EM GRAMÁTICAS BRASILEIRAS DO SÉCULO XXI:
A ABORDAGEM DA CONCORDÂNCIA VERBAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos para obtenção da licenciatura plena em Letras – Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Eduardo Vieira.

João Pessoa
2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

D192n Dantas, Thiago Nascimento.

Norma linguística em gramáticas brasileiras do século XXI: a abordagem da concordância verbal / Thiago Nascimento Dantas. - João Pessoa, 2020.
61 f.

Orientação: Francisco Eduardo Vieira.
TCC (Especialização) - UFPB/CCHLA.

1. Gramáticas brasileiras. 2. Norma-padrão. 3. Norma linguística. 4. Concordância verbal. I. Vieira, Francisco Eduardo. II. Título.

UFPB/CCHLA

“Não acuso. Nem perdoo. Nada sei. De nada. Contemplo.”

Cecília Meireles

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, que, mesmo longe, esteve comigo durante todo o tempo. À minha avó, por todo o amor e preocupação.

Ao professor Francisco Eduardo Vieira, por toda a sua generosidade e por todo o cuidado, afeto e aprendizado.

A todos os professores que me inspiraram a seguir o ofício, em especial Cirineu Cecote Stein, Ana Marinho, Amanda Braga, Daniela Segabinazi, Fabiana Ferreira da Costa, Maria das Graças Carvalho Ribeiro e Rinah Souto.

E por último, mas tão importante quanto, aos meus queridos amigos que foram bons comigo até nos momentos em que eu não merecia. Obrigado Fabi Lima, Lucas Eurikes, Paula Brindeiro, Rayssa Baunilha, Sandro Alves de França e Tamires Santiago. Vocês são os melhores.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso analisa o tratamento dispensado ao fenômeno da concordância verbal em três gramáticas brasileiras do século XXI: a *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, de José Carlos de Azeredo (2008), a *Gramática da Língua Portuguesa Padrão*, de Amini Boainaim Haury (2015), e a *Gramática do Português Revelada em Textos*, de Maria Helena de Moura Neves (2018). O objetivo é identificar qual noção de norma atravessa os conteúdos do fenômeno em foco (concordância verbal). Situado no campo da Linguística Aplicada e guiado pelas reflexões de Paiva (2009), Moita-Lopes (2008) e Pennycook (2008), a pesquisa se movimenta a partir de reflexões e conceitos da Historiografia Linguística, tendo como base autores como Auroux (1992), Koerner (1996, 2014), Vieira (2015, 2016 e 2018), e de discussões sociolinguísticas a respeito das ideias de norma propostas por Lucchesi (2002, 2004), Bagno (2001, 2003, 2010), Monteagudo (2011), Mattos e Silva (2002) e Faraco (2002, 2008, 2011). Como procedimento metodológico, foram adotados os princípios de contextualização, imanência e adequação estabelecidos por Koerner (1996) e foram criadas fichas de análise, que consistiam em uma lista de perguntas acerca dos próprios instrumentos linguísticos, a fim de estabelecer critérios-chaves sobre a abordagem do fenômeno da concordância verbal nas gramáticas selecionadas. Os principais resultados da pesquisa mostraram que Azeredo tenta descrever o que ele chama de “variedade padrão” do português do Brasil, mas, por não se tratar de uma variedade e sim de uma norma idealizada, o autor acaba soando prescritivo em algumas de suas colocações a respeito de concordância verbal. Haury, por sua vez, apresenta seus apontamentos sobre concordância verbal com um viés estritamente prescritivo e proscritivo. Já Moura Neves tenta, na medida do possível, conciliar a visão normativa típica da tradição gramatical com um olhar que traça observações que não se restringem à norma-padrão.

Palavras-chave: Gramáticas brasileiras. Norma linguística. Norma-padrão. Concordância verbal.

ABSTRACT

This final work analyzes the treatment given to the phenomenon of verbal agreement in three 21st century Brazilian grammars: *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, by José Carlos de Azeredo (2008), *Gramática da Língua Portuguesa Padrão*, by Amini Boainaim Haüy (2015), and *A Gramática do Português Revelada em Textos*, by Maria Helena de Moura Neves (2018). The aim is to identify which notion of norm crosses the contents of the phenomenon in focus (verbal agreement). Placed in the field of Applied Linguistics and guided by the reflections of Paiva (2009), Moita-Lopes (2008) and Pennycook (2008), the research takes its course from the principles and concepts of the Linguistic Historiography of Aurox (1992), Vieira (2015, 2016 and 2018), Koerner (1996, 2014), among others, and from sociolinguistic discussions about the ideas of norms proposed by Lucchesi (2002, 2004), Bagno (2001, 2003, 2010), Monteagudo (2011), Mattos e Silva (2002) and Faraco (2002, 2008, 2011). As a methodological procedure, the principles of contextualization, immanence and adequacy established by Koerner (1996) were adopted and analysis sheets were created, which consisted of a list of questions about the linguistic instruments themselves, in order to establish key criteria on the approach of the phenomenon of verbal agreement in the selected grammars. The main results revealed that Azeredo tries to describe what he calls the "standard variety" of Brazilian Portuguese, but since it is not a variety but an idealized norm, the author ends up sounding prescriptive in some of his statements about verbal agreement. Haüy, in his turn, presents his notes on verbal agreement with a bias strictly prescriptive and proscriptive. Moura Neves tries, as far as possible, to reconcile the normative view typical of the grammatical tradition with a bias that traces observations that are not restricted to the standard norm.

Keywords: Brazilian grammars. Linguistic norm. Standard norm. Verbal agreement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Aspectos gerais da G1 | 30 |
| Quadro 2 – A abordagem do fenômeno da concordância verbal na G1 em relação ao PTG | 30 |
| Quadro 3 – Aspectos gerais da G2 | 34 |
| Quadro 4 – A abordagem do fenômeno da concordância verbal na G2 em relação ao PTG..... | 34 |
| Quadro 5 – Aspectos gerais da G3 | 38 |
| Quadro 6 – A abordagem do fenômeno da concordância verbal na G3 em relação ao PTG..... | 38 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-----|--|
| G1 | <i>Gramática Houaiss da Língua Portuguesa</i> , de J. C. de Azeredo (2008) |
| G2 | <i>Gramática da Língua Portuguesa Padrão</i> , de A. B. Haury (2015) |
| G3 | <i>A Gramática do Português Revelada em Textos</i> , de M. H. Moura Neves (2018) |
| HL | Historiografia Linguística |
| LA | Linguística Aplicada |
| NGB | Nomenclatura Gramatical Brasileira |
| PTG | Paradigma Tradicional de Gramatização |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 09 |
| | 1.1. Objetivo | 12 |
| | 1.2. Metodologia..... | 13 |
| 2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 15 |
| | 2.2 Linguística Aplicada | 15 |
| | 2.2. Historiografia Linguística..... | 16 |
| | 2.3 Sociolinguística e a noção de norma linguística..... | 20 |
| 3 | ANÁLISE DE GRAMÁTICAS DO SÉCULO XXI | 26 |
| | 3.1. G1 – Gramática Houaiss da Língua Portuguesa (2008)..... | 26 |
| | 3.2. G2 – Gramática da Língua Portuguesa Padrão (2015)..... | 30 |
| | 3.3. G3 – A Gramática do Português Revelada em Textos (2018) | 35 |
| 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 40 |
| | REFERÊNCIAS..... | 42 |
| | ANEXOS..... | 46 |

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata a questão da abordagem do fenômeno da concordância verbal, investigando qual a ideia de norma linguística se faz presente em gramáticas brasileiras do século XXI. Assim, este trabalho dialoga com outros que se debruçaram sobre gramáticas do século XXI, como Vieira (2015); Sá Júnior e Martins (2016); e Mota, Cerqueira e Azevedo (2017).

As gramáticas escolhidas são a *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, de José Carlos Azeredo (2008); a *Gramática da Língua Portuguesa Padrão*, de Amini Boainaim Hayu (2015); e *A Gramática do Português Revelada em Textos*, de Maria Helena Moura Neves (2018), que serão chamadas, a partir de agora, respectivamente, de G1, G2 e G3. A escolha dessas gramáticas não se deu ao acaso. Usamos como critério o fato de todas elas tratarem da modalidade escrita formal do português contemporâneo usado no Brasil. Além disso, elas foram escritas por cientistas da linguagem renomados e reconhecidos por seus pares.

José Carlos de Azeredo, autor da G1, é doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor associado do Instituto de Letras da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Conhecido por publicar livros e artigos na área da sintaxe e ensino de gramática, Azeredo tem experiência em gramatizar o português: além de ter escrito a gramática em questão, em 2011 escreveu a *Gramática Comparativa Houaiss: Quatro Línguas Românicas*, publicada pela editora PubliFolha.

Hayu, autora por trás da G2, é doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP), foi professora titular da Academia da Força Aérea e é patrona da Academia Ribeirão-Pretana de Educação. Desde seu doutorado, cujo título foi *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*, a autora defende que as gramáticas normativas sejam revistas e reformuladas a partir de uma perspectiva mais crítica (HAUY, 1994).

Dona de uma produção acadêmica bastante prolífica, Maria Helena de Moura Neves é doutora em Letras Clássicas, formada pela Universidade de São Paulo (USP), e professora voluntária na Universidade Estadual Paulista (UNESP). Experiente em propor gramáticas destoantes da GT, Moura Neves publicou, além da G3, a *Gramática de Usos do Português*, em 2000, pela Editora Unesp, que se propunha a estudar gramáticas a partir de seus usos, tendo como unidade de análise não a sentença, mas textos completos.

Também não foi fruto do acaso a decisão de observar o fenômeno da concordância verbal nessas gramáticas. Sendo este um dos fenômenos que variam com muita frequência na língua portuguesa utilizada no Brasil, sentimos a necessidade de identificar como as novas gramáticas do português brasileiro o normatizam. Afinal, segundo Bagno (2001, 2007 e 2011), é por meio da concordância verbal que as pessoas identificam com facilidade quais membros da sociedade tiveram acesso a bens culturais e a educação formal – sendo possível, assim, aumentar ainda mais as distâncias e barreiras sociais, já que o uso de determinadas variações são estigmatizados por parte de uma elite cultural e social da população. Nesse sentido, é político e importante responder a pergunta: qual ideia de norma atravessa essas gramáticas quando elas abordam a concordância verbal?

Antes de adentrarmos mais a fundo na presente pesquisa, faz-se necessário discutir três tópicos:

- a) O que são essas gramáticas?
- b) Em que diferem as gramáticas analisadas neste trabalho das gramáticas escritas antes do século XXI?
- c) O que se entende por norma linguística?

Assumindo como ponto de partida a ideia de que gramática tradicional (GT) é, segundo Borges Neto (2012), “[uma] teoria das línguas humanas surgida na Antiguidade clássica e que se mantém essencialmente igual até os nossos dias” (p. 88), usaremos ao longo desta reflexão o termo gramática para nos referirmos aos compêndios gramaticais que se propõem a descrever e instrumentalizar línguas.

Quando nos voltamos à história da gramatização¹, isto é, do fazer gramatical, é possível constatar que a maneira de se produzir gramática segue o mesmo modelo instituído pelos gregos no século I a.C. e consolidado na sequência pelos romanos e latinos (VIEIRA, 2018). Este modelo possui características estáveis e um viés majoritariamente prescritivo. Por causa desta longa tradição, as gramáticas escritas sob o paradigma greco-latino, aqui chamado de “paradigma tradicional de gramatização” (VIEIRA, 2016), acabaram se consolidando, na percepção do público em geral, como detentoras de todo o saber da língua.

Até hoje, estudantes, professores e pessoas com ocupações diversas recorrem a estes instrumentos para esclarecerem as suas dúvidas sobre o que é ou não abonado pela norma-padrão do português. O grande problema é que, na maioria das vezes, essas gramáticas não

¹ O processo de gramatização é definido por Aurox (1962, p. 65) como “descrever e instrumentalizar uma língua na base de suas tecnologias [...]: a gramática e o dicionário”.

representam a realidade do português usado no Brasil atual. Isso nos leva, então, às gramáticas que são o foco deste trabalho.

Nos últimos 100 anos, houve dois momentos em que a produção de gramáticas proliferaram de maneira mais acentuada: o primeiro se deu em 1959, quando a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), uma portaria ministerial² que ditava a padronização taxonômica dos termos utilizados nas gramáticas existentes até então, foi instaurada, e o segundo momento aconteceu nas primeiras duas décadas do século XXI, quando linguistas – e não mais gramáticos – começaram a elaborar e publicar suas (novas) gramáticas.

Se na década de cinquenta a NGB fez com que gramáticos atualizassem conteúdos já existentes para se alinharem à nova nomenclatura estabelecida, no século XXI o movimento foi bastante diferente. Isso porque as gramáticas escritas por linguistas neste período tinham propósitos distintos das GT: em vez de quererem preservar um ideal puro de língua, elas queriam, em maior ou menor grau, normatizar a língua portuguesa usada no Brasil na modalidade escrita formal.

Além de seguirem propósitos diferentes, as gramáticas escritas por linguistas se distanciavam da GT porque não se prendiam cegamente ao que a NGB ditava, inserindo, assim, terminologias diversas oriundas de múltiplas matrizes teórico-metodológicas. Essas múltiplas matrizes teórico-metodológicas não necessariamente seguiam o modelo estabelecido pelos gregos da Antiguidade, apesar de se valerem de alguns termos e categorias comuns (como, por exemplo, *nome* e *verbo*).

Apesar de se distanciarem em propósitos e também na taxonomia utilizada na descrição gramatical, todas as gramáticas, sejam elas tradicionais ou contemporâneas, normatizam a língua seguindo uma ideia específica de norma que as atravessa em toda a sua totalidade.

O conceito de norma foi inicialmente pensado por Eugenio Coseriu, ainda nos anos cinquenta. Segundo o autor, é possível observar que dentro da linguagem há três níveis diferentes: o universal, que é a própria linguagem; o histórico, que é a língua; e o individual, que tem como foco o ser que utiliza a linguagem (COSERIU, 1980, p. 91-92). Nessa perspectiva, a dicotomia sausseriana de língua e fala acaba se revelando em três frentes: na fala há a realização do sistema linguístico e na língua há o próprio sistema e a norma. Ao pensar nesses termos, Coseriu “colocou a variação linguística como uma manifestação

² Trata-se da Portaria nº 36 do então Ministério da Educação e Cultura (MEC), de 28 de janeiro de 1959.

evidente da natureza e da essência da linguagem” (MOURA NEVES, 2003, p. 48). Para Faraco, Coseriu pretendeu:

acomodar no modelo saussuriano de língua e fala uma terceira camada teórica capaz de captar a diversidade intralinguística, sem abandonar a ideia da existência de um grande sistema que autoriza os diferentes usos coletivos, ou seja, os usos normais das diversas comunidades que, não obstante as diferenças, se identificam como falantes de uma mesma língua (FARACO, 2011, p. 259).

Coseriu abriu grandes possibilidades quando tornou tripartite a dicotomia sausseriana de *langue e parole*. Depois dele, diversos linguistas se debruçaram sobre o tema, levantando questões outras (como, por exemplo, os preconceitos observados a partir do uso de alguma norma) e tentando definir norma à sua maneira. Entre os brasileiros, destacam-se os nomes de Castilho (2004, 2015), Lucchesi (2002, 2004), Bagno (2001, 2003, 2010), Monteagudo (2011), Mattos e Silva (2002) e Faraco (2002, 2008, 2011).

Essas ideias serão discutidas com mais profundidade mais à frente, no capítulo 2, sobre a fundamentação teórica. Por ora, neste primeiro capítulo, explicaremos, no tópico 1.1, os objetivos do trabalho e, no tópico 1.2, a metodologia de análise adotada na feitura dele. No segundo capítulo, abordaremos a fundamentação teórica. No terceiro, apresentaremos as análises de cada obra e, ao final, exporemos num quadro suas principais características. Finalmente, no quarto e último capítulo, haverá uma síntese da pesquisa e alguns apontamentos acerca de seus resultados.

1.1 Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo principal identificar qual noção de norma atravessa os conteúdos de concordância verbal nas gramáticas de Azeredo (2008), Haug (2015) e Moura Neves (2018).

Para atingir este objetivo geral, traçamos também alguns objetivos específicos. São eles:

- a) levantar o trajeto acadêmico de cada linguista e pensar como seu horizonte de retrospectão (AUROUX, 1992) se faz ou não presente na obra analisada;
- b) observar qual é a concepção de língua dos autores;
- c) compreender o que os linguistas entendem por “concordância verbal”;
- d) analisar se eles consideram a questão da variação linguística na gramática, de forma geral, e também no tratamento do fenômeno em foco (concordância verbal);

- e) identificar qual a natureza dos exemplos utilizados nas gramáticas quando essas discutem o fenômeno da concordância verbal (se eles são dados de introspecção, se são oriundos da literatura, se são exemplos retirados de gêneros jornalísticos etc.);
- f) quantificar as regras e exceções apresentadas nas gramáticas;
- g) perceber se as regras são apresentadas como possibilidades de uso ou imposições.

1.2 Metodologia

A *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, de José Carlos de Azeredo (2008), a *Gramática da Língua Portuguesa Padrão*, de Amini Boainaim Haury (2015), e a *Gramática do Português Revelada em Textos* (2018), de Maria Helena Moura Neves, foram escolhidas para serem objetos de análise do presente trabalho, principalmente, por exibirem traços do que pode ser chamado de uma tentativa de ruptura do que Vieira (2015, 2016, 2018) denominou de “paradigma tradicional de gramatização” (PTG).

O PTG, segundo Vieira (2018), é o modo de se fazer gramática que se cristalizou e foi replicado desde a época dos gramáticos greco-latinos até hoje. Suas principais características epistemológicas são conceber a língua como algo estático e homogêneo; ditar regras de maneira eminentemente prescritiva (e às vezes proscritiva); usar exemplos oriundos da literatura pregressa para ilustrar suas exposições; ter a frase como unidade máxima de análise; e usar um arcabouço terminológico e conceitual tradicional.

As gramáticas eleitas representam uma tentativa de desconstrução do fazer gramatical tradicional. Além de tentarem romper com aspectos do PTG, todas as três foram escritas por linguistas altamente reconhecidos e capacitados, que são referências no estudo de língua no país.

De bases teóricas diversas, esses instrumentos linguísticos³ abordam, em graus distintos de descritivismo e normativismo, o que a norma-padrão do português brasileiro em sua modalidade escrita formal apregoa a respeito do fenômeno concordância verbal.

Para proceder a análise do dito fenômeno, alguns critérios foram estabelecidos e levantados no que chamamos aqui de fichas de análise⁴. Essas fichas nada mais são do que o resultado da reflexão feita a partir dos dados obtidos na dimensão das próprias gramáticas. As perguntas que guiarão a confecção das fichas foram divididas em dois blocos principais: o

³ Auroux (1992, p. 42) afirma que a língua é gramatizada por dois tipos principais de instrumentos linguísticos: gramáticas e dicionários. Como o foco deste trabalho é a análise de gramáticas, passaremos a utilizar *instrumentos linguísticos* como sinônimo das supracitadas *gramáticas*.

⁴ Todas as fichas se encontram nos anexos, ao fim do trabalho.

primeiro abarcando os aspectos mais gerais dos instrumentos linguísticos e o segundo percorrendo, especificamente, sobre a abordagem da concordância verbal.

No que se refere aos aspectos gerais dos instrumentos linguísticos, observamos quais foram i. suas demandas e propósitos sociais; ii. seus pontos de partida teórico-metodológicos; iii. suas características estruturais; e iv. a localização do fenômeno “concordância verbal” dentro da gramática.

Sobre a abordagem do fenômeno da concordância verbal levantamos as seguintes perguntas (que, mais tarde, viraram critérios de análise):

1. Que papel que a realidade linguística do português brasileiro assume na gramática?
2. Há contraste entre o português do Brasil com o português de Portugal? Em caso afirmativo, qual a finalidade da comparação?
3. Há espaço para prescrição de regras?
4. A descrição/prescrição de regras/regularidades é apresentada como possibilidades de uso ou como formas obrigatórias/exclusivas?
5. Qual ou quais modalidades da língua (oral ou escrita) determina/determinam a descrição/prescrição gramatical?
6. Dimensões textuais/discursivas são consideradas?
7. Variação e mudança linguística são fatores mencionados e analisados ao longo da exposição do fenômeno analisado? Se sim, de maneira pontual ou transversal?
8. Qual a natureza dos exemplos apresentados?

Uma vez que essas questões foram pesquisadas e respondidas nas fichas de análise, foi possível avançar nas análises e responder os objetivos propostos no trabalho.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para dar conta dos objetivos estipulados neste trabalho, buscamos uma base teórica multi e transdisciplinar, propiciada pela Linguística Aplicada.

Além disso, usamos conceitos e princípios da Historiografia Linguística e nos aproveitamos das discussões sobre norma da Sociolinguística.

Acreditamos que a pesquisa como um todo traz contribuições importantes para as áreas de estudo aqui elencadas. Em relação à Linguística Aplicada e à Sociolinguística, ela se mostra importante por discutir qual é o papel das gramáticas contemporâneas no português brasileiro em relação à normatização da língua. A partir dessa reflexão, professores da Educação Básica poderão pensar como uma ideia de norma mais clara e um entendimento mais amplo das gramáticas aqui analisadas agregarão às suas práticas pedagógicas. Sobre a Historiografia Linguística, a pesquisa funciona, em alguma medida, como divulgação da área, que ainda não é muito conhecida no Brasil em relação às outras áreas da Linguística.

A seguir, descrevemos como cada campo de estudo contribuiu na confecção deste trabalho.

2.1. Linguística Aplicada

Este trabalho opera seus aspectos teóricos e metodológicos de acordo com as bases estabelecidas pela Linguística Aplicada.

Tradicionalmente, a Linguística Aplicada, doravante LA, surgida na década de quarenta, se ocupava de um problema bastante específico: a aprendizagem de soldados americanos que necessitavam, justamente pelo contexto sócio-político da Segunda Guerra Mundial, conhecer outras línguas. Com o tempo, o leque de interesses da LA se expandiu e serviu para refletir sobre questões outras, como a aquisição da linguagem (primeira e segunda língua), problemas de afasia, didatização de saberes, letramento e alfabetização.

Hoje, mais de setenta anos depois de seu surgimento, a LA tem como objeto de investigação, segundo Paiva (2009), a linguagem como prática social em contextos de aprendizagem ou em quaisquer situações em que sejam levantadas questões relevantes sobre o uso da linguagem nas sociedades e entre sociedades. Assim, a LA se caracteriza não só por suas áreas de interesse e objetivos, mas também por sua metodologia essencialmente inter e transdisciplinar, ou, de acordo com Moita-Lopes (2008), “indisciplinar”, “transgressiva” e “crítica” (PENNYCOCK, 2008), uma vez que, não retendo-se em si mesma, se aproveita de

outras epistemologias e campos de saberes para encontrar respostas aos problemas de que se ocupa.

Segundo Vieira (2015, p. 43), a diferença básica entre a ideia de multidisciplinaridade e de interdisciplinaridade é que a primeira acaba concebendo o objeto de pesquisa pela perspectiva de diferentes disciplinas, ao passo que a segunda usa, em algum grau, a interação das disciplinas na pesquisa. Tanto na multidisciplinaridade quanto na interdisciplinaridade, o ponto de partida continua sendo das disciplinas para o objeto.

É nessa perspectiva que a LA oferece suporte a este trabalho: compreendendo a abordagem do fenômeno da concordância verbal em gramáticas do século XXI como um problema social de linguagem (uma vez que a norma-padrão é aprendida, por boa parte da população, em contextos formais de educação), dialogaremos diretamente com as áreas da Sociolinguística Educacional e da Historiografia Linguística para refletir como a G1, a G2 e a G3 abordam o fenômeno colocado em xeque. Enquanto o primeiro campo enriquece o diálogo acadêmico com reflexões e saberes relacionados à norma gramatical e à norma linguística (que serão abordados em detalhes mais à frente), o segundo permite que, a partir de conceitos como o de gramatização (AUROUX, 1992), contextualização (KOERNER, 1996), horizonte de retrospecto (AUROUX, 1992) e instrumentos linguísticos (AUROUX, 1992), possamos analisar as gramáticas com o distanciamento necessário para obtermos respostas consistentes.

Vale dizer que a LA permite que selecionemos de cada disciplina o que for pertinente para a solução de nosso problema – de modo que não há um engessamento teórico ou metodológico a despeito das disciplinas utilizadas.

2.2. Historiografia Linguística

Embora este trabalho não seja exatamente um produto de uma pesquisa da Historiografia Linguística, alguns dos parâmetros e algumas das categorias de análise da área serviram como bússola na confecção deste material.

Sabendo que perto de outros ramos da Linguística, a Historiografia Linguística, doravante HL, é pouco conhecida e estudada, exporemos, de maneira breve e sintética, os primórdios da disciplina.

Surgida na década de setenta, a HL, que tem como principal expoente no Brasil a figura de Cristina Altman (USP), tem como objetivo primordial “descrever e explicar como se produziu e desenvolveu o conhecimento linguístico em um determinado contexto social e

cultural, através do tempo” (ALTMAN, p. 29, 2012). Assim, a HL toma como objeto os estudos sobre línguas e a linguagem em diferentes momentos históricos.

Por estabelecer relações meta com outras disciplinas, a HL não se encerra nela mesma: seu objeto acaba sendo não exatamente a linguagem, mas as formas pelas quais ela foi constituída no eixo da história. Indo muito além do mero registro crônico de datas e fatos, a HL interpreta como os saberes linguísticos foram construídos, recebidos e como resistiram ou não ao tempo. Dessa maneira, a HL possibilita “uma descrição e uma explicação da história contextualizada das ideias linguísticas” (SWIGGERS, 2010, p. 2).

Embora seja uma área de estudo relativamente nova e pouco conhecida, o método de estudo e os pressupostos teóricos oferecidos pela HL soam urgentes e necessários para que possamos não nos alienar em relação a nossa produção linguística, uma vez que é através do conhecimento da história de uma disciplina que evitaremos uma visão redutora sobre nossos objetos de estudo (KOERNER, 2014). Consoante esta ideia, Coelho e Hackerott (2012) afirmam:

conhecer a dimensão histórica da Linguística leva o pesquisador a uma maior consciência sobre o lugar que ele ocupa na área de investigação, assim como a uma melhor compreensão do lugar dessa área no universo da ciência e sociedade.” (COELHO, O.; HACKEROTT, M. M. S., 2012, p. 381-382).

Diante desta importância, é preciso, antes de tudo, conceituar algumas das categorias da HL que contribuirão para a compreensão dos tópicos abordados na análise deste trabalho.

Tendo em mente que o que nos interessa aqui é, justamente, perceber quais as origens dos saberes expostos nos instrumentos linguísticos analisados (gramáticas escritas no século XXI) e quais posicionamentos políticos, em relação à língua, foram adotados pelos autores dos supramencionados instrumentos, escolhemos trabalhar com os conceitos de *gramatização* e de *horizonte de retrospectão*, tendo como norte os apontamentos do historiógrafo Konrad Koerner sobre os princípios que devem guiar o fazer historiográfico, no artigo *Questões que persistem em historiografia linguística* (KOERNER, 1996).

Em 1996, Koerner afirmou que há três princípios que devem conduzir a base teórica-metodológica da HL: o princípio da contextualização, o princípio da imanência e o princípio da adequação.

O primeiro (contextualização) consiste em situar as condições em que o objeto de análise foi produzido, descobrindo quais correntes intelectuais e como o espírito da época influenciaram na produção do objeto de estudo. O segundo princípio (imanência) se refere a

“estabelecer um entendimento completo, tanto histórico quanto crítico, possivelmente mesmo filológico, do texto linguístico em questão” (ibid., 1996, p. 60); enquanto o terceiro (adequação) se dá como passo natural e lógico aos dois princípios anteriores: para Koerner, é preciso que o historiógrafo tenha o cuidado de adequar os dados e as categorias presentes nos objetos de análise com “aproximações modernas do vocabulário técnico e um quadro conceptual de trabalho que permita uma melhor apreciação de um determinado trabalho, conceito ou teoria” (ibid., 1996, p. 60).

Levando em consideração que os três objetos de análise deste trabalho são gramáticas produzidas num intervalo de tempo de dez anos, entre os anos de 2008 e 2018, o princípio da adequação não será considerado, uma vez que não há necessidade de atualizar a taxonomia utilizada pelos linguistas em suas gramáticas. Os outros dois princípios serão abordados a partir dos conceitos de gramatização e horizonte de retrospecção.

A respeito da gramatização, Auroux (1992) afirma que o conceito consiste no "processo que conduz a descrever e instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário" (AUROUX, 1992, p. 65). Assim, o tal processo “torna-se simultaneamente uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e um meio de descrevê-las” (p. 43). Nesse sentido:

A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural, é preciso concebê-la também como um instrumento linguístico: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor. (AUROUX, 1992, p. 69).

Do ponto de vista histórico, o autor afirma que houve duas revoluções técnico-linguísticas: a primeira se deu com o advento da escrita, três mil anos a.C., e a segunda com a revolução tecnológica da gramatização, entre meados do século XIV e o fim do século XVI. Para o teórico, o movimento de gramatização ocorrido com as línguas do Velho e do Novo Mundo (tendo aqui a Europa como referencial) aconteceu a partir de uma única tradição linguística, herdada da doutrina greco-romana.

Por causa disso, todas as gramáticas produzidas a partir desse período tinham, de modo geral, o mesmo conteúdo e exibiam em suas páginas uma categorização das unidades, exemplos literários dos fenômenos abordados e regras, prescritivas ou descritivas, mais ou menos explícitas sobre o uso das construções:

A categorização das unidades supõe duas coisas: termos teóricos e uma fragmentação da cadeia falada. São essencialmente as partes do discurso, suas definições e propriedades, que fazem as vezes de termos teóricos [...] É no entanto preciso notar a presença de termos teóricos mais globais (palavra, enunciado) que – ao contrário das classes de palavras – são raramente discutidos, conquanto tenham implicações consideráveis: a possibilidade de aplicar a noção de “palavra” às línguas não-indo-europeias está longe de ser uma evidência [...] A fragmentação já é uma representação teórica da língua (ela é suscetível de ser considerada verdadeira ou falsa) e, claro, não é independente de categorização (pois recortar é o mesmo que classificar). (AUROUX, 1992, p. 67-68).

Auroux notou ainda (1992, p. 67) que as gramáticas se organizavam de uma maneira relativamente estável e similar, costumando apresentar seções de ortografia e fonética, de partes do discurso, de morfologia, de sintaxe (sendo este conteúdo, em geral, bastante reduzido em comparação ao conteúdo apresentado em outras seções) e figuras de construção.

Vieira (2015, 2016, 2018), observando como acontece a gramatização, percebeu que esses pilares do fazer gramatical permanecem válidos até os dias de hoje, uma vez que não houve nenhum tipo de revolução⁵ que instaurou um modelo de se gramatizar a língua. Para ele, os gramáticos e os linguistas que fazem gramáticas estão inseridos, em algum grau, no chamado paradigma tradicional de gramatização (PTG). Assim, é possível perceber que mesmo as gramáticas produzidas no século XXI tendem a:

- a) conceber a língua como algo homogêneo (ignorando as ideias de variação e mudança linguística);
- b) fazer uso de exemplos oriundos de uma literatura antiga (em relação à gramática produzida);
- c) considerar a frase como unidade máxima de análise (não considerando dimensões textuais ou discursivas);
- d) usar um arcabouço terminológico e conceitual herdado da tradição greco-latina (como a ideia de nome e verbo, por exemplo);
- e) prescrever e proscriver regras.

Esse último fator característico, relacionado à prescrição e proscrição de regras, é o que atravessa toda esta pesquisa e, conseqüentemente, todas as gramáticas analisadas. Por essa razão, nos debruçaremos sobre este assunto mais à frente, na seção 2.2. *Sociolinguística e a noção de norma linguística*.

⁵ O emprego das palavras *revolução* e *paradigma* na teorização de Vieira retoma a ideia de Tomas Kuhn (1962) desses conceitos. Sobre *paradigmas*, o autor afirma que eles são “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 1962, p. 12-13), e uma revolução se caracteriza, justamente, quando um paradigma é suplantado por outro.

Vale salientar que embora seja uma tendência que as gramáticas escritas por linguistas sigam as diretrizes do PTG, elas, por muitas vezes, se movimentam em direções opostas a ele, seja por descontinuarem alguns dos itens ou por tentarem romper, em alguma medida, a tradição, como observa Vieira (2015, 2016, 2018).

Em relação ao conceito de horizonte de retrospectção, Auroux (1992) afirma

Todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. Porque é limitado, o ato de saber possui, por definição, um espessura temporal, um horizonte de retrospectção, assim como um horizonte de projeção. O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber. (AUROUX, 1992, p. 11-12).

Assim, a ideia de horizonte de retrospectção nos ajudará a entender como os linguistas compreendem o seu próprio trabalho e a quais tradições eles se filiam no ato de gramatizar e normatizar a língua. Nesse sentido, pensar se o linguista soa prescritivo, proscritivo ou descritivo na abordagem da concordância verbal nos ajuda a estabelecer relações com o seu horizonte de retrospectção e observar como essas influências se manifestam no ato de gramatizar.

2.3. Sociolinguística e a noção de norma linguística

Quando o linguista William Labov publicou, em 1963, um estudo sobre a língua utilizada na Ilha de Martha's Vineyard, cujo foco era analisar as diferentes pronúncias do inglês falado entre os habitantes da supramencionada ilha, houve, em certa medida, uma espécie de ruptura com o modelo de ciência linguística que se fazia até então.

Antes de Labov demonstrar, por meio de uma pesquisa quantitativa que organizava as diferentes manifestações linguísticas dos falantes de Martha's Vineyard, que era possível pensar e analisar a língua a partir de outra perspectiva, o que estava em voga entre os linguistas era pensar e analisar a língua por seu viés estrutural, baseado nos pressupostos estabelecidos por Ferdinand Saussure no início do século passado.

A grande “novidade” proposta por Labov e seus pares (aqui se destacam os nomes de Dell Hymes, John Gumperz e William Bright, todos participantes da conferência que virou o marco da nova disciplina, *The Dimensions of Sociolinguistics*, de 1966) era que a linguística

poderia dar conta não só da língua enquanto sistema mas também da realização desse sistema, o que Saussure chamou em outros tempos de “caos”. Em outras palavras, a Sociolinguística possibilitou que a língua fosse estudada em seu uso real (CEZARIO; VOTRE, 2008, p. 141).

O que era antes era chamado de “caos” na verdade correspondia às muitas realizações do sistema pelos indivíduos, realizações estas chamadas de variedades, que poderiam ser organizadas, segundo Labov, por meio de uma abordagem quantitativa dos dados recolhidos.

Para tanto, porém, era preciso considerar os fatores extralinguísticos, como os aspectos sociais e culturais da produção linguística dos falantes, uma vez que eram esses fatores que determinariam os diferentes tipos de realização da língua em contextos reais.

Colocar o componente humano no centro dos estudos e discussões sobre língua observando os fatos linguísticos para além de seus aspectos estruturais fez com que novas possibilidades fossem pensadas e executadas.

Com o passar dos anos, outras abordagens sociolinguísticas, diferentes da proposta por Labov, ganharam corpo e forma. Uma delas foi a da Sociolinguística Educacional (SE), que se ocupa em utilizar os conhecimentos advindos da sociolinguística para o aprendizado das línguas em contextos de educação formal.

Por essa razão, a SE é, dentre as muitas subáreas da Sociolinguística, uma das que mais dialogam com a LA. Preocupada em compreender os contextos sociais da produção de saberes, a SE se propõe a ofertar “subsídios para demonstrar a procedência da concepção de língua/linguagem apresentada pela Linguística, e os problemas apresentados pela concepção de língua e de ensino que pretende modificar” (PIETRI, 2005, p. 220).

Considerando que a análise de gramáticas é o foco deste trabalho, e que gramáticas cumprem, desde sua invenção pelos gregos, a tarefa de instrumentalizar a língua, seu caráter didático e o diálogo com a SE se mostra mais do que evidente. Mas quase uma década antes das ideias sociolinguísticas serem apresentadas ao mundo, Coseriu já ventilava a ideia de variação com um outro nome: norma.

Segundo Coseriu, a dicotomia entre *langue* e *parole* estabelecida no *Curso de Linguística Geral*, organizado pelos alunos de Saussure, em 1916, era, na verdade, uma tríplice: língua, norma e fala. Isso porque a língua, enquanto sistema funcional, se desdobrava em um outro sistema de possibilidades de realização, o sistema normal – cujo usuário da língua escolhia, a partir de seu objetivo com a fala e do lugar social que ocupava, como colocar em prática (falar, em si) o sistema funcional da língua.

Assim,

A norma, qualquer que seja, não pode ser compreendida apenas como um conjunto de formas linguísticas; ela é também (e principalmente) um agregado de valores socioculturais articulados com aquelas formas” (FARACO, 2002, p. 39)

Para os fins a que este trabalho se propõe, é necessário explanar sobre as noções de norma(s) linguísticas e gramaticais e também de variação linguística. Assim, beberemos da fonte de Faraco (2002, 2008, 2012), Bagno (2001, 2003, 2010), Lucchesi (2002, 2004), Mattos e Silva (2002), Monteagudo (2011), Conceição (2017), Callou (2007) e Castilho (2004, 2015).

Antes, no entanto, convém refletir sobre algumas das ideias linguísticas que circundam a história e o imaginário brasileiro.

Historicamente falando, o Brasil nunca foi um país monolíngüístico. Os índios que aqui viviam, muito antes de Cabral e sua tripulação desembarcarem em 1500, falavam uma gama diversificada de línguas.

Com o tempo, houve extermínio de várias populações indígenas e também a implementação de políticas linguísticas que definiram o Português como o idioma oficial do país (como, por exemplo, o decreto de Marquês de Pombal, de 1757, que proibia a chamada “língua geral” e determinava que só a Língua Portuguesa deveria ser utilizada). O resultado desses movimentos históricos foi a drástica redução do número de línguas faladas no país. Ainda assim, estima-se que ainda hoje haja cerca de 180 línguas faladas em solo brasileiro (BAGNO, 2003).

Se ainda hoje não há monolinguismo, não há também uma única língua portuguesa falada no país. O português do Brasil é um português múltiplo e variado, como toda língua viva. Como bem disse Silva e Moura (2000):

[...] a variação é inerente às línguas, porque as sociedades são divididas em grupos: há os mais jovens e os mais velhos, os que habitam numa região ou outra, os que têm esta ou aquela profissão, os que são de uma ou outra classe social e assim por diante. O uso de determinada variedade linguística serve para marcar a inclusão num desses grupos, dá uma identidade para seus membros (SILVA E MOURA, 2000, p. 27-28).

A fala de Silva e Moura vai ao encontro das reflexões feitas por Labov (2008) nos idos de 1960, quando ele foi enfático ao afirmar que toda língua varia justamente por causa dos contextos de uso.

Se toda língua varia, quem se dispõe a escrever uma gramática precisa escolher qual variedade vai gramatizar. Essa escolha não é uma escolha natural, neutra ou despolitizada.

Como defende Bagno (2003, 2007), a escolha de uma variedade específica acaba sendo excludente, uma vez que, ao eleger uma norma tida como de prestígio, as outras variedades acabam sendo escanteadas, virando alvo de preconceito.

Isso fica ainda mais evidente quando se tem em mente que os gramáticos tradicionais, seguindo o PTG, não gramatizam uma variedade, e sim o que se convencionou chamar de norma-padrão. Se os gramáticos normatizassem algum tipo de variedade, isto é, algum tipo de norma utilizada, provavelmente essa norma seria a norma culta e não a norma-padrão. É importante estabelecer uma distinção entre os termos para que tenhamos uma noção mais clarificada do que é norma-padrão e do porquê a norma-padrão não pode ser considerada uma variedade.

Segundo Lucchesi (2002),

A norma culta seria, então, constituída pelos padrões de comportamento linguístico dos cidadãos brasileiros que têm formação escolar, atendimento médico-hospitalar e acesso a todos os espaços da cidadania, e é tributária, enquanto norma linguística, dos modelos transmitidos ao longo dos séculos nos meios da elite colonial e do Império e inspirados na língua da Metrópole portuguesa. A norma popular, por sua vez, se define pelos padrões de comportamento linguístico da grande maioria da população alijada de seus direitos elementares e mantida na exclusão e bastardia social.” (LUCCHESI, 2002, p. 87).

Assim, podemos assumir que tanto a norma culta quanto a norma popular são variedades linguísticas que circulam em diferentes grupos sociais. Ainda assim, tanto a norma culta quanto a norma popular não são homogêneas e variam entre si. Bagno (2001, p. 41) afirma que um brasileiro culto nascido e criado no Recife fala de um modo diferente do brasileiro culto nascido e criado em Porto Alegre. Isso porque há atravessamentos além do geográfico, como o etário e outros que são distintivos especialmente de grupos em que os falantes fazem parte. Por essa razão, Bagno diz não haver uma única norma culta, mas normas cultas – e essa mesma lógica se estende às normas populares.

Se norma(s) culta(s) e norma(s) popular(es) são variedades (re)correntes, o mesmo não pode ser dito da norma-padrão. A norma-padrão não é encarada como uma variedade simplesmente porque ela não corresponde à língua em uso de nenhum grupo, mas sim a um ideal linguístico inatingível, que serve como modelo a ser seguido:

[a norma-padrão] não correspondente integralmente a nenhum conjunto concreto de manifestações linguísticas regulares e frequentes [...]. É uma norma no sentido mais jurídico do termo: “lei”, “ditame”, “regra compulsória” imposta de cima para baixo, decretada por pessoas e instituições que tentam regrar, regular e regulamentar o uso da língua. (BAGNO, 2009, p. 79).

A partir dessa definição de norma-padrão e da reflexão acerca das normas enquanto variedades, podemos perceber que o conceito e as ideias por trás do vocábulo *norma* se desdobram em dois. Isso porque, etimologicamente falando, a palavra *norma* se origina de duas ideias distintas: do que é normativo e do que é normal, regular.

Sob essa ótica, Monteagudo (2011) faz uma distinção entre essas duas ideias de norma. Ele diz que há uma norma prescritiva e outra objetiva. A prescritiva “remete ao normativo, ao que se aconselha ou impõe como ‘correto’” (p. 41) e a objetiva engloba o que é “normal numa variedade linguística” (MONTEAGUDO, 2011, p. 41).

É sabido e registrado que a construção da tradição gramatical utiliza a ideia normativa-prescritiva. Iniciada com os alexandrinos, ainda no século II a.C., a gramatização elege uma variedade de prestígio que deve ser dominada e seguida. Segundo Mattos e Silva (2002),

[a ideia de norma prescritiva] nasceu da percepção da unidade do grego, apesar de sua diversidade e se desenvolveu em um esforço pedagógico para fixar a língua em um certo estado de pureza, para permitir o estudo dos escritores clássicos e para que ela servisse de modelo a ser seguido (MATTOS e SILVA, 2002, p. 294).

Para Faraco (2008), este mesmo modelo de produção de gramáticas vem sendo replicado até hoje. O mesmo Faraco define norma-padrão como “[a norma] que visou e visa uma relativa estabilização linguística, buscando neutralizar a variação e controlar a mudança” (FARACO, 2002, p. 40).

Nesse sentido, é preciso frisar que norma, mesmo no sentido prescritivo do termo, não é exatamente sinônimo de gramática, uma vez que o termo pode assumir contornos descritivos ou gerativos. Quando a gramática, enquanto instrumento linguístico, “focaliza a língua como um modelo ou padrão ideal de comportamento compulsório em qualquer situação de fala ou escrita” (CALLOU, 2007, p. 15), ela está fazendo um movimento consciente de seleção do que normatizar.

É por essa razão que, muitas vezes, “gramáticas normativas e dicionários não concordam em vários aspectos da língua, como, por exemplo, em numerosos casos de transitividade e regência verbais e de regência nominal” (CONCEIÇÃO, 2017, p. 351). É por essa razão que “a norma, qualquer que seja, não pode ser compreendida apenas como um conjunto de formas linguísticas; ela é também (e principalmente) um agregado de valores socioculturais articulados com aquelas formas” (FARACO, 2002, p. 39). E é também por essa razão que, muitas vezes, a norma-padrão, que deveria normatizar a língua com o objetivo de uniformizá-la, acaba cedendo espaço a uma outra ideia de norma, a da norma curta.

A norma curta é um tipo de norma nociva que nasce a partir de “preceitos normativos saídos, em geral, de purismo exacerbado que, infelizmente, se alastrou entre nós desde o século XIX” (FARACO, 2008, p. 94). E é ela, a norma curta, quem acaba servindo de referência nas escolas para reforçar um ideal de língua inatingível — onde a alta monitoração cria escritas esquisitas por serem distantes da realidade linguística brasileira.

A seguir, nas análises, veremos sobre qual perspectiva de norma os linguistas das obras analisadas neste trabalho se debruçaram para gramatizar o fenômeno da concordância verbal em suas gramáticas.

3. ANÁLISE DAS FONTES: GRAMÁTICAS BRASILEIRAS DO SÉCULO XXI

Neste capítulo executamos a análise de nossos objetos de estudo: a *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, de José Carlos de Azeredo (2008); a *Gramática da Língua Portuguesa Padrão*, de Amini Boainain Hauy (2015) e a *Gramática do Português Revelada em Textos*, de Maria Helena Moura Neves (2018). Cada subseção deste capítulo dará conta de uma gramática diferente.

Todas as análises são guiadas pelos princípios estabelecidos por Koerner (1996) e pelas discussões realizadas no capítulo anterior.

3.1. G1 – Gramática Houaiss da Língua Portuguesa (2008)

Produzida por encomenda do Instituto Houaiss, a *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, doravante G1, foi publicada pela primeira vez em 2008 pela editora PubliFolha: Instituto Houaiss. Apresentando-se como uma gramática diferente das gramáticas tradicionais, a G1 afirma que objetiva encontrar um “ponto de equilíbrio entre a tradição e a renovação, seja na ordenação e articulação dos assuntos, seja nos conceitos teóricos e descritivos, seja ainda na seleção dos exemplos” (AZEREDO, 2008, p. 26).

Guiando-se pela ideia de que qualquer atividade comunicativa por meio da palavra é um acontecimento sociocultural, a G1 se vale dessa perspectiva de língua e absorve as contribuições da linguística cognitiva, enunciativa e interativa, tornando-se assim uma obra que funciona como um instrumento descritivo de gramatização.

Pensando nos pilares estabelecidos pelo PTG, a G1 utiliza-se de uma estrutura tradicional, mesmo que seus objetivos e propósitos se distanciem dos de gramáticas tradicionais. Essa estrutura fica evidentemente marcada quando a gramática expõe conceitos e os exemplifica.

Há, no entanto, um movimento de descontinuidade com o PTG: apesar de se valer de um exemplário constituído (também) de textos literários, Azeredo utiliza exemplos oriundos de ensaios, textos jornalísticos, textos técnicos e textos científicos escritos no final do século XX e começo do século XXI. Os exemplos literários foram extraídos a partir da segunda metade do século XIX, no contexto do Romantismo, porque, segundo o autor, é nessa época em que “ganha força o debate sobre a identidade da expressão literária brasileira, que nos séculos anteriores tinha sido uma réplica do padrão lusitano” (AZEREDO, 2008, p. 25).

Nesse sentido, é notável o esforço do autor em tratar do português em uso no Brasil como eixo central de sua obra, centrando suas análises na realidade linguística do português brasileiro.

Esse esforço coaduna-se com o principal objetivo de Azeredo com a obra: descrever a norma-padrão na modalidade escrita do português em uso do Brasil. Sem utilizar essa terminologia, o linguista parece confundir a ideia de norma com a ideia de variedade ao chamar a língua que ele gramatiza de “variedade padrão do português em uso no Brasil” (AZEREDO, 2008, p. 25).

O curioso é que mesmo tratando como uma variedade, o autor reconhece que essa norma que busca gramatizar, a norma-padrão, se distingue de outras variedades utilizadas no país:

Ainda que do ponto estritamente linguístico se trate de ‘uma variedade da língua entre outras’, importa reconhecer que ela se distingue das demais por sua condição de ‘modelo de uso’ de âmbito nacional e, em virtude dessa condição, por ser uma competência basicamente adquirida pela intervenção da escola e pela via da leitura. (AZEREDO, 2008, p. 25).

Assim, o autor parece defender que a norma modelo que ele gramatiza pode sim ser aprendida em contextos formais de educação e utilizada no dia a dia pelos usuários da língua. A consequência da concepção de tratar a norma-padrão não como um ideal ou como um modelo referencial, mas como uma variedade passível de uso, é, do ponto de vista da gramatização, abrir a possibilidade de descrevê-la a partir de regularidades, como se descreve, por exemplo, as normas cultas – sem reconhecer, no entanto, seu caráter por vezes arbitrário e prescritivo.

Além de descrever, a G1 também pretende “refletir sobre o funcionamento da linguagem verbal no seu tríptico papel (a) de forma de organização do conhecimento (conceptualização e categorização da experiência de mundo), (b) de meio de codificação do conhecimento em enunciados/textos (expressão) e (c) de forma de atuação interpessoal (comunicação)” (AZEREDO, 2008, p. 25). Para tanto, o autor afirma que o que norteou a elaboração da obra foram cinco fatores:

a) a análise e o ensino do português escrito no Brasil ao longo do último século estão amparados numa tradição descritiva que obviamente precisa ser revista, mas nunca ignorada; b) continuam a ser indevidamente estigmatizadas como ‘erros gramaticais’ muitas formas e construções regularmente empregadas em textos formais de circulação pública em território brasileiro escritos em português; c) a maioria dos compêndios escolares disponíveis já reconhece a língua de jornais, revistas e obras não literárias como expressão do uso padrão, mas ainda se revela tímida para a renovação conceitual e descritiva; d) algumas vertentes da linguística contemporânea, muito influentes nos meios acadêmicos brasileiros, colocam a

atividade discursiva – e o texto em que ela se materializa – no centro das preocupações dos pesquisadores; e e) conseqüentemente, a tradicional unidade máxima da análise – a oração – perdeu este status e passou a ser descrita no contexto maior de sua ocorrência. (AZEREDO, 2008, p. 26).

Cumprindo propósitos didáticos, Azeredo afirma que a G1 se destina aos “usuários da língua portuguesa em geral, cuja formação requeira, por motivos socioculturais diversos, competência produtiva (expressar) e receptiva (compreender) na modalidade escrita padrão” (AZEREDO, 2008, p. 27).

Para organizar e facilitar as consultas, Azeredo dividiu a gramática em oito partes. A primeira delas, sem título, cumpre a função de explicitar para o leitor os objetivos da obra e situar as discussões da história da gramática no Brasil. A segunda parte, chamada de “Uma forma de conhecimento, expressão e comunicação”, trata da natureza da linguagem humana e da sua relação com o conhecimento, ao passo que a terceira, intitulada “Conceitos básicos da descrição gramatical”, discute o que se entende por gramática e quais são os conceitos básicos da descrição gramatical. A quarta parte é tida como o miolo da obra e se chama “Morfologia flexional e sintaxe” – em nove capítulos, o autor detalha as classes de palavras, aborda variação, oração e sua estrutura, estrutura dos sintagmas e o funcionamento deles na construção do texto, e mecanismos de coordenação e subordinação. Na quinta parte, cujo nome é “Fonética e Fonologia”, o foco é a organização sonora da língua. A sexta, “O léxico: formação e significação das palavras”, aborda os aspectos formais e semânticos do léxico da língua e as palavras formadas com afixos. A sétima parte, “Estilística”, cobre pontos relacionados a figuras de linguagem, conceitos de estilo e o rendimento de determinadas escolhas linguísticas. Finalmente, na oitava e última parte, têm-se três apêndices: Pontuação, Crase e Português Brasileiro.

No que se refere ao fenômeno em foco nesta análise, questões relacionadas à concordância verbal são trazidas à tona em quatro momentos: primeiro num subtópico chamado “Colocação, regência e concordância” (p. 161), no sexto capítulo da terceira parte (“Conceitos básicos da descrição gramatical”); depois o fenômeno é abordado na quarta parte do compêndio, “Morfologia flexional e sintaxe”, mais especificamente no nono capítulo (“O Período Simples II”), dentro do subtópico “Concordância verbal” (p. 252); dentro da parte destinada aos verbos, o fenômeno aparece no item “Número e pessoa da forma verbal: a concordância” (p. 227); e, finalmente, o fenômeno também é abordado, de forma pulverizada, na parte “Verbos impessoais e orações sem sujeito” (p. 260-261).

Apesar de abordar a concordância verbal em quatro momentos e seções distintas, Azeredo não apresenta a definição do fenômeno. Em vez disso, o linguista faz uso de uma definição mais ampla de regência de modo a estendê-la para abordar a concordância, uma vez que ele encara o fenômeno como constituído de subordinação. Nas palavras dele, “o substantivo rege seus determinantes bem como os adjetivos que se referem a ele, impondo-lhes seus traços de gênero e número [...]” (AZEREDO, 2008, p. 161-162).

Mais à frente, o autor explica que a concordância verbal acontece quando o verbo se flexiona em concordância com o número e a pessoa do sujeito (AZEREDO, 2008, p. 252). A partir dessa explicação, ele estabelece uma lista de regras gerais e regras especiais. Ao todo, Azeredo descreve 25 regras, sendo uma delas a regra geral, vinte regras específicas e quatro exceções (que acabam sendo também regras). Sendo fiel à apresentação do início do compêndio, o autor gramatiza o que ele chama de “variedade-padrão” (norma-padrão).

As regras são todas expressas a partir da observação de regularidades da norma-padrão. Dessa forma, a prescrição se faz presente, mas não aparece de maneira explícita no texto: o autor nunca é proibitivo, sempre descreve a regra como ela é (e não como se deveria falar) e em momento algum faz juízo de valor sobre as regularidades que descreve. É interessante notar também como ele apresenta as possíveis variações de uso. Quando ele descreve a regra geral, por exemplo, ele faz uma observação e diz que

Se o sujeito da oração é o pronome relativo ‘que’, o verbo varia de acordo com o número e a pessoa do antecedente do pronome

- A metade dos operários que *fizeram* (ou *fez*) greve de fome passou mal.

Neste exemplo, já que o antecedente do que pode ser operários ou metade, o verbo ocorre tanto no plural como no singular. (AZEREDO, 2008, p. 252).

Esse movimento de apresentar mais que uma possibilidade se repete algumas vezes ao longo da seção, ora como uma observação, ora como uma exceção à regra.

Um caso que merece destaque é quando a regra de concordância do verbo “haver” significando “existir” é apresentada. Nesta etapa, Azeredo se refere também ao verbo “ter” no que ele chama de “uso coloquial brasileiro” – deixando claro que há o que é postulado pela regra e uma outra possibilidade de uso (que não é abonada e nem condenada, apenas descrita).

Tendo como unidade de análise a frase (dimensões textuais e discursivas não são consideradas, embora o autor faça, eventualmente, menção das implicações de sentido e/ou como a intenção do usuário da língua influenciará na escolha de uma variante), Azeredo utiliza exemplos de introspecção, enxertos literários e notícias de jornais.

Abaixo, sistematizamos em dois quadros diferentes as informações obtidas através da análise. O primeiro se refere a aspectos mais gerais da gramática e o segundo a seus pontos de continuidade e descontinuidade com o PTG:

Quadro 1 – Aspectos gerais da G1

| G1 - AZEREDO (2008) | |
|--|--|
| Filiação teórica | Funcionalista. |
| Concepção de língua | Sociinteracionista. |
| Considera variação linguística | Diz saber que existe, mas não a considera quando apresenta as regras de concordância verbal, pois gramatiza unicamente a norma-padrão. |
| Natureza dos exemplos | Literário, jornalístico, dados de prospecção. |
| Total de regras apresentadas | 25. |
| Tipo de norma que atravessa a gramática | Norma-padrão. |

Fonte: O autor, 2020.

Quadro 2 – A abordagem do fenômeno da concordância verbal na G1 em relação ao PTG

| TRAÇOS DE CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE COM O PTG | |
|--|--|
| Concebe a língua como algo homogêneo? | Não. |
| Faz uso de exemplos extraídos de uma literatura antiga? | Não, usa exemplos da segunda metade do século XIX e do século XX. |
| Considera a frase como unidade máxima de análise? | Na parte em que aborda o fenômeno da concordância verbal, sim. |
| Usa a terminologia herdada da tradição greco-latina? | Sim, com alguns acréscimos da linguística contemporânea, como a de sintagma. |
| Prescreve ou proscreeve regras? | Sim, prescreve. |

Fonte: O autor, 2020.

Como se pode observar nos Quadros 1 e 2, Azeredo, em geral, se distancia de uma visão tradicional de língua, mas acaba, por conta de sua decisão teórica-metodológica de tratar como variedade o fenômeno da concordância verbal, se aproximando das diretrizes tradicionais quando prescreve e apresenta as regras gramaticais.

3.2. G2 – Gramática da Língua Portuguesa Padrão (2015)

Em 1983, a professora doutora Amini Boainain Haury escreveu um livro chamado *Da Necessidade de uma Gramática Padrão da Língua Portuguesa*. A obra defendia que era necessário instituir uma gramática brasileira que abrangesse a realidade linguística do país e

cumprisse a meta de uniformizar as diferentes correntes teóricas e terminologias que se proliferavam à época.

No mesmo período, por iniciativa da autora, essa proposta de revisão crítica dos estudos gramaticais do Português, a fim de se preservar a língua pátria (HAUY, 2015, p. 37), circulou entre jornais e atingiu o Congresso através do Projeto de lei nº 6524/1982, que foi reapresentado⁶ dois anos depois e aprovado por unanimidade pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal, em agosto de 1985. Todavia, devido à urgência e necessidade master da elaboração de uma nova Constituinte, a Câmara determinou que o projeto deveria ser arquivado, assim como todos os outros que estavam em tramitação.

Depois disso, Hauy publicou alguns trabalhos relacionados à questões gramaticais, como verbos e ortografia. Mas, com exceção de novas impressões de *Da Necessidade de uma Gramática Padrão da Língua Portuguesa* nos anos 90, pouco se ouviu falar da produção da autora.

Eis que cerca de trinta anos depois da produção de *Da Necessidade...* Hauy ganhava os holofotes novamente com a publicação da *Gramática da Língua Portuguesa Padrão* (2015), doravante G2, pela Editora da Universidade de São Paulo. A gramática era, enfim, o resultado das pesquisas e da ideia germinada nos anos 1980 de se instituir uma gramática padrão da língua.

Descrevendo a sua gramática como uma gramática “descritiva, normativa e crítica” (HAUY, 2015, p. 33), a autora declara orgulhosa, logo em seu Prefácio — e não por acaso repete as mesmas palavras em sua Introdução —, que a ideia de confeccionar o instrumento linguístico nasceu a partir da

necessidade de elaboração, por consenso de renomados especialistas, a exemplo dos países desenvolvidos, de uma gramática-padrão da língua portuguesa, obviamente para fins didáticos e reconhecidamente como expressão da nacionalidade e fator de relativa unificação linguística em toda a comunidade lusófona (HAUY, 2015, p. 34).

Assim, a necessidade explicitada pela autora deixa claro que seu principal objetivo é descrever a norma-padrão na modalidade escrita do português em uso do Brasil de maneira didática e levando em conta a tradição normativa. Essa normatização pretendida por Hauy não se restringe ao Brasil e se estende a toda comunidade lusófona. Nesse sentido, a autora até reconhece que há particularidades no português falado no Brasil, porém, quando as destaca, ela o faz de maneira periférica, por meio de observações e comentários.

Um exemplo disso pode ser visto na página 1284, onde, ao discorrer sobre locuções verbais que utilizam o verbo “ter” no lugar de “haver”, Hauy cria uma observação para dizer

⁶ Projeto de lei nº 4350, de agosto de 1985.

que essa é uma característica do “português coloquial do Brasil” (p. 1284) e, logo a seguir, cria uma nota, dentro da observação, para citar uma fala do gramático Francisco da Silveira Bueno em que ele explana sobre a historicidade do uso do termo, num movimento que defende que esse tipo de construção sintática não é uma criação brasileira, mas sim a conservação de um uso arcaico do português de Portugal que continuou sendo falado no Brasil mesmo depois do período de colonização:

Observação:

Tão frequente é a substituição do verbo *haver* (impessoal) pelo *ter* (pessoal) no português coloquial do Brasil, que renomados escritores modernos já têm registrado essa construção na língua literária:

Hoje tem festa no brejo! (C. Drummond de Andrade)

Em Pasárgada tem tudo

É outra civilização... (Manuel Bandeira)

“Nota – A língua portuguesa do Brasil ainda conserva a construção arcaica de empregar o verbo *ter* na mesma significação de existir, em lugar de *haver* moderno: ‘Amanhã tem aula’... ‘Teve muita gente na festa’. As pessoas, que desconhecem a língua arcaica, pensam que tal sintaxe seja uma criação do Brasil: não o é, mas reflete apenas uma das tantas que nos deixou a língua portuguesa que aqui penetrou com a colonização.” (Francisco da Silveira Bueno) (HAUY, 2015, P. 1284).

Esse movimento da autora evidencia que ela trata a língua portuguesa falada no Brasil como dotada de peculiaridades, mas não havendo uma distinção clara do português europeu com o português usado no Brasil.

Nos momentos em que essa distinção surge, Haury a descreve em caráter de observação ou nota, como no exemplo descrito acima.

Embora a autora pareça reconhecer uma pluralidade de estudos linguísticos, e, por considerar esses estudos, é aos gramáticos tradicionais que ela se volta para defender o seu projeto político de elaborar uma gramática que seja referência em toda a comunidade lusófona e corroborar alguns de seus posicionamentos ou explicitar divergências teóricas presentes em gramáticas. Assim, Haury se vale de textos e opiniões de alguns gramáticos tradicionais sobre os temas, sem mencionar explícita ou especificamente os estudos linguísticos pós-*virada linguística* a não ser se for para negá-los:

Evidentemente a elaboração de uma gramática-padrão para fins didáticos nada tem a ver com imposição de normas da língua culta às mais variadas camadas linguísticas, como uma camisa de força; nada tem a ver também com a incontestável importância das variações regionais, da Sociolinguística e dos níveis de fala, como muitos possam inadvertidamente interpretar. (HAUY, 2015, p. 37).

No que tange à organização da gramática, a G2 se divide em 29 tópicos além do Prefácio e da Introdução. Os nove primeiros dedicam-se a temáticas mais gerais:

respectivamente, *Origem e formação da língua portuguesa, Língua escrita e língua falada, Gramática: conceito e divisão, Fonética, Ortoépia, Prosódia, Ortografia, Estrutura das palavras e Processos de formação das palavras*. Os demais (20), que se encontram na seção intitulada *Morfossintaxe das classes de palavras*, são: *Artigo, Substantivo, Adjetivo, Numeral, Pronome, Preposição, Crase, Conjunção, Verbo, Vozes verbais, Advérbio, Palavras e locuções denotativas, Interjeição, Morfossintaxe do QUE, Morfossintaxe do SE, Frase – Oração – Proposição, Os componentes da oração, Período, Sintaxe de regência e Sintaxe de concordância*. Por fim, seções de *Bibliografia e Anexos*.

Sobre o fenômeno da concordância verbal, ele aparece dentro da seção de “Morfossintaxe das classes de palavras”, mais precisamente no subtópico chamado “Sintaxe de concordância” (p. 1251-1292). A autora divide o subtópico, de quarenta e uma páginas, em quatro partes. São elas: 1. Classificação; 2. Concordância gramatical do adjetivo; 3. Concordância gramatical do verbo; 4. Concordância ideológica ou figurada.

Definindo concordância de maneira ampla, sem fazer distinção entre concordância nominal e concordância verbal, Haury afirma que concordância “é a conformidade de flexão de certas palavras à flexão de outras, de que dependem. São palavras regidas ou subordinadas que se acomodam à flexão das regentes ou subordinantes” (HAURY, 2015, p. 1251). Quando define a concordância verbal, ela diz que “é a concordância do verbo, em número e pessoa, com o sujeito a que se refere” (HAURY, 2015, p. 1251).

Para tecer suas análises e explicações, a professora toma a sentença como base, sem considerar as dimensões textuais ou discursivas de seus exemplos. A respeito deles, pode-se dizer que a maior parte dos exemplos foi extraída de textos literários de autores como Fernando Pessoa e Lima Barreto. Há ainda enxertos de documentos oficiais (como a Constituição de 1988 e o Código Civil) e de materiais didáticos de gramáticos tradicionais como Bechara e Napoleão de Almeida – que evidenciam, ainda mais, o apego da autora à tradição gramatical, uma vez que, mesmo sendo linguista, é aos gramáticos de formação filológica que ela recorre. Sobre os aspectos teórico-metodológicos, Haury visita diversos autores (Saussure, Chomsky, Pretti, Castilho etc.), não se filiando estritamente a nenhuma corrente teórica da Linguística, para tomar noções relativas, dentre outras, a língua (falada e escrita) e norma culta (que é tida em sinônimo à norma-padrão).

Para Cavaliere (2014), o exemplário adotado por Haury é bastante restritivo e vai de encontro à própria crítica tecida pela autora de que “muitas gramáticas atuais ainda se atrelam aos mestres do passado” (ANJOS, 2016, p. 201).

Ao todo, Haüy organiza 63 regras diferentes, sendo três regras gerais, trinta e nove regras específicas e vinte e uma exceções (que também se configuram como regras prescritivas).

Quase que exclusivamente as regras são apresentadas como formas exclusivas de uso, sem variações possíveis. Quando há exemplos de variação, eles aparecem listados como possibilidades, mas só são reconhecidos como tais porque A) ou algum gramático anteriormente abonou o uso ou B) porque foi usada por algum literato. Consoante a isso, notamos que não há, pelo menos na parte destinada ao fenômeno de concordância, nenhuma menção à variação e mudança linguística.

Abaixo, sistematizamos em dois quadros diferentes as informações obtidas através da análise. O primeiro se refere a aspectos mais gerais da gramática e o segundo a seus pontos de continuidade e descontinuidade com o PTG:

Quadro 3 – A abordagem do fenômeno da concordância verbal na G2

| G2 - HAUY (2015) | |
|--|--|
| Filiação teórica | Sem filiação teórica explícita, embora seja notável o seu apego aos formalistas. |
| Concepção de língua | Língua enquanto sistema de normas. |
| Considera variação linguística | Não. |
| Natureza dos exemplos | Literário e documentos oficiais. |
| Total de regras apresentadas | 63. |
| Tipo de norma que atravessa a gramática | Norma-padrão. |

Fonte: O autor, 2020.

Quadro 4 – A abordagem do fenômeno da concordância verbal na G2 em relação ao PTG

| TRAÇOS DE CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE COM O PTG | |
|--|---|
| Concebe a língua como algo homogêneo? | Sim. |
| Faz uso de exemplos extraídos de uma literatura antiga? | Usa exemplos de Lima Barreto, Fernando Pessoa e outros. |
| Considera a frase como unidade máxima de análise? | No tratamento do fenômeno da concordância verbal, sim. |
| Usa a terminologia herdada da tradição greco-latina? | Sim. |
| Prescreve ou proscreeve regras? | Sim, prescreve e proscreeve. |

Fonte: O autor, 2020.

Os Quadros 3 e 4 nos dizem que Haury tem uma visão mais conservadora da língua e que essa visão se concretiza quando ela prescreve e proscree as regras de concordância verbal. Esse conservadorismo fica evidentemente marcado quando percebemos que ela segue todas as cinco diretrizes estabelecidas pelo PTG, se aproximando bastante do procedimento de gramatização de gramáticos de outros tempos.

3.3. G3 – A Gramática do Português Revelada em Textos (2018)

A *Gramática do Português Revelada em Textos* (2018), doravante G3, de Maria Helena Moura Neves, é uma gramática que se distancia da G1 e da G2 tanto em termos de propostas como em termos de organização.

Moura Neves entende a linguagem como uma prática que se dá por intermédio da interação. Para ela, é (também) por causa da língua que se perpetuam culturas e, por causa disso, deve-se levar em conta aspectos relacionados ao funcionamento sintático da língua, a representação semântica (as significações), as determinações e regulações pragmáticas (os efeitos).

Assim, a reflexão da língua se dá em quatro níveis diferentes que se interligam: em situação de interação (pragmática), com função nas estruturas (sintaxe), com determinadas formas (morfologia) e com um significado determinado — mas nunca exato (semântica). O arcabouço terminológico que a autora escolhe para utilizar em sua G3 é o mesmo proposto pela *Nomenclatura Gramatical Brasileira* (NGB). Isso revela (e reforça) sua preocupação de que seu material seja usado em situação escolar. Segundo a própria,

outras denominações [terminológicas] só são introduzidas quando isso é necessário para que se contemplem todos os fatos que devam ser examinados. A noção básica é a de que interessam mais os fatos que os dados criam (e as reflexões sobre eles) do que as simples denominações (MOURA NEVES, 2018, p. 24).

Fica evidente a preocupação de Moura Neves em didatizar os conteúdos e fazer com que as suas discussões, que partem sempre de uma perspectiva funcional da língua, sejam compreendidas e assimiladas com clareza. O intento maior da autora é fazer com que a gramática não seja entendida como sinônimo de um conjunto dogmático de regras, mas sim como a organização de princípios que leva à produção textual-discursiva.

Nas palavras de Moura-Neves, o que se pretende é

levar a gramática ao mesmo universo que é da ciência e é da história, que requer raciocínio e também requer arte [...]. Por isso, a diretriz central é falar da língua portuguesa falando da linguagem em uso, falando dos procedimentos de constituição dos enunciados vivos da linguagem (MOURA NEVES, 2018, p. 18).

Dessa forma, a autora leva seu leitor, a partir de textos diversos, a fazer com que as reflexões presentes em sua gramática sejam transpostas às salas de aula “ou pela leitura direta de suas “lições” (a depender do nível do ensino), ou pela voz dos professores que delas se sirvam nas suas aulas” (MOURA NEVES, 2018, p. 18).

Assim, a gramática se organiza em três grandes partes: uma primeira parte, chamada de *Noções Básicas*, que conta com quatro capítulos com indicações mais gerais sobre questões conceituais de gramática; uma segunda parte, denominada *Classes e Funções*, composta por vinte e sete capítulos, que se dedica às diversas classes/subclasses de palavras e seu funcionamento; e uma terceira parte, *Para Consulta*, composta majoritariamente de quadros e dividida em cinco capítulos, cuja função é, como o próprio nome sugere, servir como uma seção de consulta das regras normativas. Cada capítulo, com exceção dos contidos na terceira parte, é constituído de um texto que serve como mote, explicações sobre os conceitos abordados e exemplos.

Mesmo na terceira parte, quando Moura Neves formata um guia normativo de consulta de regras, há a preocupação de normatizar a realidade linguística do Brasil e algumas das variações das normas cultas, sem condenar seus usos. A língua é pensada, então, num viés do que se é “normal” e também num viés do que se é “normativo”.

Segundo Moura Neves,

pode-se falar de norma como aquilo que qualquer falante escolarizado considera como uso “normal” da língua (o que representa a média dos usos) e pode-se falar de norma como aquilo que se tem como “normatizado”, “regrado” pelos órgãos socioculturalmente instituídos da sociedade (o que se entende como “norma culta”, “norma padrão”, ou similares) (MOURA NEVES, 2018, p. 22).

Para refletir sobre ambos os sentidos de norma, a linguista deixa claro que, quando se trata de uma prescrição da tradição (esse segundo caso apontado na citação destacada acima), o texto será marcado com fundo cinza, indicando que se trata “mais diretamente [de] recomendações ou prescrições da chamada “gramática normativa”, o que visa à elucidação do fato de que não se trata, no caso, de indicações puramente funcionais, como a grande maioria dos textos que compõem esta obra” (MOURA NEVES, 2018, p. 22).

É interessante notar como a autora não coloca as regras da tradição como superiores às normas em uso pelos brasileiros. Há apenas a descrição e o apontamento das normas, sejam elas normais ou normativas.

Ainda sobre a organização do compêndio, vale destacar um que pode ser considerado negativo: o índice não apresenta os nomes e os assuntos tratados nos subcapítulos. Ele aponta apenas as grandes seções. Para saber o conteúdo de cada uma dessas seções, é necessário ir até a primeira página de cada capítulo e verificar nela os assuntos que serão discutidos nas páginas vindouras.

No que se refere ao fenômeno gramatical em foco neste trabalho, Moura Neves dedica um espaço exclusivo para tratar de concordância verbal (o segundo tópico do segundo capítulo da terceira parte do livro se chama “Concordância Verbal” (p. 1257-1262)). Mas a ideia de concordância, em termos mais gerais, aparece logo na primeira parte de sua gramática (*Noções Básicas*), dentro do capítulo “As funções sintáticas”, mais especificamente no subtópico “1.3 Regência, colocação e concordância” (p. 86), dando uma definição mais geral sobre o que é o fenômeno. O curioso é que, mesmo nessas partes, não há uma definição do conceito de concordância. A definição só aparece na página 1328 do livro, dentro do índice remissivo. Nele, pode ser visto que a concordância é o “processo sintático que envolve acordo nas formas das partes, especialmente quanto a gênero (masculino e feminino) e número (singular e plural)” (MOURA NEVES, 2018, p. 1328).

Além disso, ela também aborda a concordância, de maneira diluída, em vários capítulos da segunda parte de sua gramática, que se destinam a investigar as classes e funções das palavras. Assim, na segunda parte do livro, o tema é exposto tangencialmente nos capítulos: 1. Verbo / Predicado; 7. Pronomes pessoais; 9. Pronomes demonstrativos; 10. Pronomes indefinidos; 11. Pronomes relativos / Orações subordinadas adjetivas; 12. Numerais; 13. Preposições; 14. Coordenação / Conjunções coordenativas / Orações coordenadas; 27. Figuras de linguagem.

Já na terceira parte do livro (*Para Consulta*), como já dito, o fenômeno ganha ares de protagonista ao ter um espaço exclusivo para sua reflexão (no capítulo 2, chamado *Sintaxe do verbo*, há um subtópico dedicado exclusivamente à concordância verbal: “Concordância Verbal” [p. 1257-1262]).

O conteúdo, que antes fora diluído nos capítulos da segunda parte, aqui se apresenta de maneira sistematizada e organizada, sendo bem fácil consultar eventuais dúvidas a respeito da norma-padrão. Além disso, o fenômeno concordância também aparece citado no capítulo primeiro dessa terceira parte, chamado *Gênero e número dos substantivos*.

Ao todo, nesta terceira parte, Moura Neves sistematiza 40 regras diferentes, sendo cinco relacionadas a uma regra geral, trinta e uma regras específicas e quatro exceções que também se constituem como regras.

O exemplário é constituído de um *corpus* de mais de 270 milhões de ocorrências disponível em meio digital no Laboratório de Lexicografia da Faculdade de Ciências e Letras Unesp, Campus de Araraquara. Dentre os exemplos, destacam-se textos literários e não literários de autores brasileiros (Luís Fernando Veríssimo, Ignácio de Loyola Brandão, José Paulo Paes, Cruz e Souza, Paulo Leminski, Aluísio Azevedo e muitos outros), canções (como uma de Ana Carolina), tirinhas traduzidas (como do Hangar) e peças de teatro.

Além disso, a autora diz que analisou, para a língua falada, o *corpus* mínimo do NURC⁷– RJ.

Abaixo, sistematizamos em dois quadros diferentes as informações obtidas através da análise. O primeiro se refere a aspectos mais gerais da gramática e o segundo a seus pontos de continuidade e descontinuidade com o PTG:

Quadro 5 – A abordagem do fenômeno da concordância verbal na G3

| G3 - MOURA NEVES (2018) | |
|--|--|
| Filiação teórica | Funcionalista. |
| Concepção de língua | Sociointeracionista. |
| Considera variação linguística | Sim. |
| Natureza dos exemplos | <i>Corpus</i> do projeto NURC e <i>corpus</i> da UNESP, exemplos literários de autores brasileiros, canções, tirinhas e peças de teatro. |
| Total de regras apresentadas | 40. |
| Tipo de norma que atravessa a gramática | Norma-padrão, normas cultas. |

Fonte: O autor, 2020.

Quadro 6 – A abordagem do fenômeno da concordância verbal na G3 em relação ao PTG

| TRAÇOS DE CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE COM O PTG | |
|--|------|
| Concebe a língua como algo homogêneo? | Não. |
| Faz uso de exemplos extraídos de uma literatura antiga? | Não. |

⁷ O Projeto NURC, em particular o Projeto da Norma Urbana Culta do Rio de Janeiro, se refere a uma compilação de dados linguísticos da modalidade oral do português obtidos por meio de entrevistas gravadas entre os anos 70 e 90 com informantes naturais do Rio de Janeiro, filhos de pais preferencialmente cariocas, com nível superior completo.

| | |
|---|---|
| Considera a frase como unidade máxima de análise? | No tratamento do fenômeno da concordância verbal, sim. |
| Usa a terminologia herdada da tradição greco-latina? | Sim. |
| Prescreve ou proscreeve regras? | Sim, prescreve a norma-padrão (e também descreve variantes da norma culta). |

Fonte: O autor, 2020.

O Quadro 6 demonstra como a autora se aproxima e se distancia das diretrizes estabelecidas pelo PTG. Dos cinco pontos apresentados, ela segue três: considera a frase como a unidade máxima de análise, utiliza a terminologia da tradição greco-latina e prescreve regras. Mesmo assim, é notável como há movimentos de descontinuidade dessa tradição, pois, mesmo quando prescreve regras, tal qual gramáticos faziam, ela vai além e também as descreve. Isso pode ser encarado como fruto de seu horizonte de retrospectão e de sua formação funcionalista, como bem demonstra o Quadro 5.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a analisar a norma linguística na *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* (2008), na *Gramática da Língua Portuguesa Padrão* (2015) e em *A Gramática do Português Revelada em Textos* (2018), tendo como foco a abordagem do fenômeno da concordância verbal. O objetivo era identificar qual ideia de norma transpassava os compêndios quando eles tratavam do fenômeno da concordância verbal.

Todas as gramáticas que foram objetos de análise foram publicadas com um intervalo inferior a dez anos. Ainda assim foi possível perceber, de maneira clara, os pontos em que elas se assemelhavam e também se diferenciavam, muito provavelmente por causa dos objetivos e das concepções de língua e de norma de seus autores, de modo que cada instrumento linguístico traz suas peculiaridades, tanto na abordagem do fenômeno como na disposição e apresentação do conteúdo.

A G1 assume que a ideia de norma-padrão era equivalente a uma variedade. A partir desse pressuposto, o autor aponta, de maneira descritiva, regras e exceções sobre as utilizações da concordância verbal na modalidade escrita do português usado no Brasil. No entanto, pelo fato da norma-padrão não ser uma variedade, de fato, por vezes as descrições soam como prescrições.

A G2, por sua vez, ignora conscientemente as ideias das variedades e encara a língua gramatizada como algo uno e homogêneo. Essa percepção da autora dialoga com o seu objetivo: preservar a língua pátria. Para tanto, a obra faz uso de prescrições e proscricções, soando, por vezes, muito próxima da ideia de norma curta.

Na contramão, a G3 concilia o ato de prescrever regras de acordo com a gramática tradicional com o ato de descrever outros tipos de realizações possíveis para além da norma-padrão, quase sempre utilizando-se de variedades de alguma norma culta.

O exemplário utilizado nos compêndios também se distancia entre si. Enquanto a G1 busca exemplos da literatura brasileira da segunda metade do século XIX e do início do século XX, por acreditar que as discussões sobre uma língua brasileira se refletiu nessas produções, a G2 desconsidera a distinção existente entre o português brasileiro e o português europeu e bebe de exemplos extraídos tanto de poetas como Fernando Pessoa como de autores brasileiros do calibre de Lima Barreto. A G3, por sua vez, utiliza um exemplário variado, com textos da esfera jornalística, musical e literária.

Em comum, todas as três obras utilizam, quase que inteiramente, uma terminologia tradicional, herdada da tradição greco-latina. A única que se distancia desse tipo de

terminologia, em pequena medida, é a G1 – que acrescenta em suas descrições a noção de sintagma.

Ao final do trabalho, foi possível perceber que nem sempre a proposta defendida pelos linguistas nas apresentações de suas gramáticas se concretizam, de fato, quando eles descrevem o fenômeno da concordância verbal. Haug e Moura Neves parecem transitar com muita facilidade pelas ideias de norma que perpassam seus trabalhos: a primeira segue à risca uma concepção normativa, por vezes inflexível, muito próxima do PTG; a segunda, no entanto, concilia uma visão mais plural da língua e das normas – reconhecendo que além da norma-padrão há outras realizações igualmente possíveis, sem condenar ou admirar uma norma em detrimento de outra. Azeredo, por sua vez, soa prescritivo mesmo quando seu esforço é ser descritivo.

Ainda assim, todas as gramáticas aqui analisadas parecem, em menor ou maior grau, avançar na discussão da necessidade de se ter novas gramáticas com novos olhares em relação à língua.

Diante de tudo que foi exposto, esperamos que este trabalho possa contribuir, no futuro, para a reflexão dos temas aqui abordados e também para a análise de outros fenômenos linguísticos presentes nas gramáticas analisadas e também em outras gramáticas contemporâneas escritas do século XXI, uma vez que é importante pensar e situar como a produção dessas novas gramáticas contemporâneas normatizam a língua.

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, C. História, estórias e historiografia da Linguística brasileira. **Todas as Letras**. v. 14 n. 1, 2012, p. 14-30.
- ANJOS, M. A. L. **Gramática da Língua Portuguesa Padrão: (des)continuidades?** In: FARACO; C. A.; VIEIRA, F. E. (Orgs.) *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016, p. 187-213.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, SP: UNICAMP, 1992.
- AZEREDO, J. C. de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BAGNO, M. (Org.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 355-387.
- BAGNO, M. **A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira**. 7.ed. São Paulo: Parábola, 2007 [2003].
- BAGNO, M. **Gramática, pra que te quero? Os conhecimentos linguísticos nos livros didáticos de português**. Curitiba: Aymará, 2010.
- BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAGNO, M. Norma linguística & preconceito social: questões de terminologia. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 71-83, 2001.
- BAGNO, M. **O que é uma língua? Imaginário, ciência & hipóteses**. In: BAGNO, M.; LAGARES, Xoan. (Orgs.). *Políticas da Norma e Conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011.
- BAGNO, M. **Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa**. São Paulo: Parábola, 2001.
- BORGES NETO, J. Gramática tradicional e linguística contemporânea: continuidade ou ruptura. **Todas as Letras**, v. 14, n. 1, 2012.

CALLOU, D. **Gramática, variação e normas**. In: VIEIRA, S. R. et al. (org.) Ensino de gramática: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007. p. 13-30.

CASTILHO, A. T. **Representações gramaticais do português brasileiro**: o problema da concordância. In: VALENTE, A. C. Unidade e variação na língua portuguesa: suas representações. São Paulo: Parábola editorial, 2015. p. 39-58.

CASTILHO, A. T. **Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa**. In: BAGNO, M. (org.) Linguística da norma. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 27-36.

CAVALIERE, R. S. **A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

CEZARIO, M. M.; VOTRE, S. **Sociolinguística**. In MARTELLOTA, M. E. (Org.). Manual de Linguística. São Paulo: Contexto, 2008. p. 141-155.

COELHO, O.; HACKEROTT, M. M. S. **Historiografia Linguística**. In: GONÇALVES, Adair V.; GÓIS, Marcos Lúcio S. (Orgs.). Ciências da linguagem: o fazer científico. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2012, p. 381-407.

CONCEIÇÃO, R. B. da. Normas linguísticas do português do Brasil. **Web-Revista Sociodialeto**. Dourados, MS, vol. 7, n. 20, p. 343-355, 2017.

COSERIU, E. **Lições de linguística geral**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARACO, C. A. *Norma-padrão brasileira*: Desembarçando alguns nós. In: BAGNO, M. (Org.). Linguística da Norma. São Paulo, Loyola, 2002, p. 37-62.

FARACO, C. A. **O Brasil entre a norma culta e a norma curta**. In: BAGNO, M.; LAGARES, Xoan. (Orgs.). Políticas da Norma e Conflitos linguísticos. São Paulo: Parábola, 2011. p. 259-275.

FARACO; C. A.; VIEIRA, F. E. (Orgs.) **Gramáticas brasileiras**: com a palavra, os leitores. São Paulo: Parábola Editorial, 2016, p. 187-213.

HAUY, A. B. **Da necessidade de uma gramática-padrão da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ática, 1994.

HAUY, A. B. **Gramática da língua portuguesa padrão**. São Paulo: EDUSP, 2014.

KOERNER, E. F. K. História da Linguística. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 46, jan-jun. 2014. p. 9-22.

KOERNER, K. Questões que persistem em historiografia linguística. **Revista da ANPOLL**, n. 2, p. 45-70, 1996.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998 [1962].

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LICCHESI, D. **Norma linguística e realidade social**. In. BAGNO, M. (Org.). *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 63-91.

LUCCHESI, D. **As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil (1500-2000)**. São Paulo: D.E.L.T.A., 17:1, 2001, p. 63-91.

MATTOS E SILVA, R. V. **Tradição gramatical e gramática tradicional**. São Paulo: Contexto, 2002.

MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. 2.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MONTEAGUDO, H. **Variação e norma linguística**: subsídios para uma (re)visão. In: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (Org.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 15-48.

MOTA, N. A.; CERQUEIRA, I. B.; DE AZEVEDO, I. C. M. Gramatização do português brasileiro nos séculos XIX e XX e início do século XXI. **Entrepalavras**. Fortaleza, vol. 7, n. 2, p. 552-567, 2017.

MOURA NEVES, M. H. **Que gramática estudar na escola? Norma e uso da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2003.

MOURA NEVES, M. H. **A Gramática do Português Revelada em Textos**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

PAIVA, V. L. M. **Como o sujeito vê a aquisição de segunda língua**. In: CORTINA, A.; NASSER, S. M. G. C. (Org.). *Sujeito e linguagem*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 29-46.

PENNYCOOK, A. **Uma Linguística Aplicada Transgressiva**. In: MOITA LOPES, L. P. da (Org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. 2.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 67-84.

PIETRI, E. de. **A constituição do discurso da mudança do ensino de língua materna no Brasil**. 2003. 202 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/269629>>. Acesso em: 4 mar. 2020.

SÁ JÚNIOR; L. A.; MARTINS, M. A. (Orgs.). **Rumos da linguística brasileira no século XXI: historiografia, gramática e ensino**. São Paulo: Blucher, 2016.

SILVA, F. L. da; MOURA, H. M. de M. **O direito à fala: a questão do preconceito linguístico**. Florianópolis: Insular, 2000.

SWIGGERS, P. História, Historiografia da Linguística: status, modelos e classificações. **Eutomia**, ano III, v. 2, dez. 2010. p. 1-17.

VIEIRA, F. E. **A gramática tradicional: história crítica**. São Paulo: Parábola, 2018.

VIEIRA, F. E. **Gramáticas brasileiras contemporâneas do português: movimentos de ruptura e linhas de continuidade com o paradigma tradicional de gramatização**. Tese (Doutorado em Letras). Centro de Artes de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras/UFPE, Recife, 2015.

VIEIRA, F. E. **Gramatização brasileira contemporânea do português: novos paradigmas?** In: FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. (Orgs.). *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016, p. 19-69.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Departamento de Língua Portuguesa e Linguística

FICHA DE ANÁLISE – 01**GRAMÁTICA AVALIADA:**

AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 4. Ed. São Paulo: Publifolha: Instituto Houaiss, 2018 [2008].

EIXOS DE ANÁLISE**I. ASPECTOS GERAIS DO INSTRUMENTO LINGUÍSTICO**

a. Demandas e propósitos sociais? A *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, doravante G1, nasceu como uma encomenda do Instituto Houaiss. Seu principal objetivo é descrever a norma-padrão na modalidade escrita do português em uso do Brasil. Nesse contexto, o autor reconhece que essa norma, a norma-padrão, que ele trata como “variedade”, se distingue de outras variedades e funciona como “modelo de uso de âmbito nacional, e, em virtude dessa condição, por ser uma competência basicamente adquirida pela intervenção da escola e pela via da leitura” (AZEREDO, p. 25).

Segundo Azeredo, autor da obra, além de descrever, a G3 pretende também “refletir sobre o funcionamento da linguagem verbal no seu tríplice papel (a) de forma de organização do conhecimento (conceptualização e categorização da experiência de mundo), (b) de meio de codificação do conhecimento em enunciados/textos (expressão) e (c) de forma de atuação interpessoal (comunicação)” (AZEREDO, p. 25). Ainda segundo o próprio, o que norteou a elaboração da obra foram cinco fatores: “a) a análise e o ensino do português escrito no Brasil ao longo do último século estão amparados numa tradição descritiva que obviamente precisa ser revista, mas nunca ignorada; b) continuam a ser indevidamente estigmatizadas como ‘erros gramaticais’ muitas formas e construções regularmente empregadas em textos formais

de circulação pública em território brasileiro escritos em português; c) a maioria dos compêndios escolares disponíveis já reconhece a língua de jornais, revistas e obras não literárias como expressão do uso padrão, mas ainda se revela tímida para a renovação conceitual e descritiva; d) algumas vertentes da linguística contemporânea, muito influentes nos meios acadêmicos brasileiros, colocam a atividade discursiva – e o texto em que ela se materializa – no centro das preocupações dos pesquisadores; e e) conseqüentemente, a tradicional unidade máxima da análise – a oração – perdeu este status e passou a ser descrita no contexto maior de sua ocorrência.” (AZEREDO, p. 26).

O autor ainda afirma que a proposta da G3 consiste em encontrar um “ponto de equilíbrio entre a tradição e a renovação, seja na ordenação e articulação dos assuntos, seja nos conceitos teóricos e descritivos, seja ainda na seleção dos exemplos” (AZEREDO, p. 26).

O público final da obra são “usuários da língua portuguesa em geral, cuja formação requeira, por motivos socioculturais diversos, competência produtiva (expressar) e receptiva (compreender) na modalidade escrita padrão” (AZEREDO, p. 27).

b. Aspectos teórico-metodológicos? O que guia as discussões do compêndio é a ideia de que qualquer atividade comunicativa por meio da palavra é um acontecimento sociocultural. É por essa perspectiva de língua, perspectiva esta que absorve as contribuições da linguística cognitiva, enunciativa e interativa, que a obra surge como um instrumento descritivo de gramatização que descreve conceitos e os exemplifica tendo como base enunciados criados pelo autor ou extraídos de textos literários e jornalísticos (os do primeiro grupo são datados do Romantismo pra cá e os do segundo grupo englobam escritos do século XX e início do século XXI) .

c. Características estruturais? O livro é dividido em oito partes. A primeira delas, sem título, cumpre a função de explicitar para o leitor os objetivos da obra e situar as discussões da história da gramática no Brasil. A segunda parte, chamada de “Uma forma de conhecimento, expressão e comunicação”, trata da natureza da linguagem humana e a sua relação com o conhecimento, ao passo que a terceira, intitulada “Conceitos básicos da descrição gramatical”, discute o que se entende por gramática e quais são os conceitos básicos da descrição gramatical. A quarta parte é tida como o miolo da obra e se chama “Morfologia flexional e sintaxe” – em nove capítulos, o autor detalha as classes de palavras, aborda variação, oração e sua estrutura, estrutura dos sintagmas e o funcionamento deles na construção do texto, e mecanismos de coordenação e subordinação. Na quinta parte, cujo nome é “Fonética e

Fonologia”, o foco é a organização sonora da língua. A sexta, “O léxico: formação e significação das palavras”, aborda os aspectos formais e semânticos do léxico da língua e as palavras formadas com afixos. A sétima parte, “Estilística”, cobre pontos relacionados à figuras de linguagem, conceitos de estilo e ao rendimento de determinadas escolhas linguísticas. Finalmente, na oitava e última parte, têm-se três apêndices: Pontuação, Crase e Português Brasileiro.

d. Localização do fenômeno sintático em foco (concordância)? Questões relacionadas à concordância são trazidas à tona em quatro momentos:

- primeiro num subtópico chamado “Colocação, regência e concordância” (p. 161), no sexto capítulo da terceira parte (“Conceitos básicos da descrição gramatical”);
- depois o fenômeno é abordado na quarta parte do compêndio, “Morfologia flexional e sintaxe”, mais especificamente no nono capítulo (“O Período Simples II”), dentro do subtópico “Concordância verbal” (p. 252);
- Dentro da parte destinada a verbos, o fenômeno aparece no item “Número e pessoa da forma verbal: a concordância” (p. 227);
- finalmente, o fenômeno também é abordado, de forma pulverizada, na parte “Verbos impessoais e orações sem sujeito” (p. 260-261).

II. ABORDAGEM DO FENÔMENO SINTÁTICO

a. A realidade linguística do português brasileiro é considerada, de modo central ou periférico? Como dito anteriormente, o que guia toda a G1 é a gramatização da “variedade padrão” do português em uso no Brasil. Logo, a realidade linguística do português brasileiro é tida como eixo central.

b. Contrasta-se o português de Portugal com o português do Brasil? Com que finalidade? Não, todos os exemplos listados são, ao meu ver, típicos de construções do português do Brasil e não há menção alguma ao português de Portugal.

c. Há espaço para a prescrição de regras, central ou periféricamente? Com a gramática, o autor visa à identificação de regularidades na “variedade escolhida”, a norma-padrão. Essa escolha deixa Azeredo no que parece ser uma corda-bamba: ao mesmo tempo

em que o objetivo dele seja descrever as regularidades da norma-padrão, ele acaba sendo prescritivo, uma vez que a norma-padrão não é essencialmente prescritiva. Ainda assim, vale dizer que em momento algum o autor faz juízo de valor sobre as regularidades que descreve.

d. A descrição/prescrição das regras/regularidades é apresentada como possibilidades de uso (atentando a predominância, por exemplo) ou como formas obrigatórias/exclusivas? Todos os pontos são dispostos em um tom de *regularidade*. Isso não impede de que o autor faça ressalvas e apontamentos quando há variações possíveis.

e. As duas modalidades da língua determinam a descrição/prescrição gramatical? Em que medida? Não. O que é tido como foco é a modalidade escrita da língua. Não há menção sobre a modalidade falada. Vale dizer que, quando se apresenta a regra de concordância do verbo “haver” significando “existir”, Azeredo se refere também ao verbo “ter” no que ele chama de “uso coloquial brasileiro”, o que talvez estabeleça relações com a modalidade falada, embora isso não esteja explícito nessa parte da obra.

f. Dimensões textuais/discursivas são consideradas? De que maneira? Essas dimensões não são consideradas. A unidade de análise do compêndio, no trato da concordância verbal, acaba sendo a frase e não o texto. E por mais que o autor eventualmente faça menção das implicações de sentido e/ou como a intenção do usuário da língua influenciará na escolha de uma variante, não se pode dizer que ele considera os aspectos discursivos propriamente dito.

g. A variação e a mudança linguística são fatores mencionados, analisados, pontual ou transversalmente? O autor pauta logo de início que toda a sua exposição será calcada na “variedade padrão” do português. Embora ele dedique um capítulo inteiro para tratar de variação e mudança, na parte relacionada ao fenômeno da concordância não há menção direta a esses temas. Vale dizer que, quando se apresenta a regra de concordância do verbo “haver” significando “existir”, Azeredo se refere também ao verbo “ter” no que ele chama de “uso coloquial brasileiro”.

h. Qual é a natureza dos exemplos apresentados? O exemplário utilizado na G3 é constituído de textos literários brasileiros dos séculos XIX e XX (o Romantismo é um marco, segundo o próprio autor, porque foi a partir dele que se começou a pensar numa língua com

identidade nacional), textos jornalísticos do século XX e início do século XXI publicados em jornais impressos e na internet, e alguns enunciados criados pelo próprio Azeredo.

=

- i. Pesquisas sobre o tema são citadas?** Nas partes relacionadas à concordância, não.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
 Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
 Departamento de Língua Portuguesa e Linguística

FICHA DE ANÁLISE – 02

GRAMÁTICA AVALIADA:

HAUY, A. B. *Gramática da Língua Portuguesa Padrão*. 1. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

EIXOS DE ANÁLISE

I. ASPECTOS GERAIS DO INSTRUMENTO LINGUÍSTICO

a. Demandas e propósitos sociais? A *Gramática da Língua Portuguesa Padrão*, doravante G2, declara, logo em seu Prefácio — e não por acaso repete as mesmas palavras em sua Introdução —, que nasceu a partir da “necessidade de elaboração, por consenso de renomados especialistas, a exemplo dos países desenvolvidos, de uma gramática-padrão da língua portuguesa, obviamente para fins didáticos e reconhecidamente como expressão da nacionalidade e fator de relativa unificação linguística em toda a comunidade lusófona” (p. 34; p. 38). Assim, fica claro que seu principal objetivo é descrever a norma-padrão na modalidade escrita do português em uso do Brasil de maneira didática e levando em conta a tradição normativa. Para tanto, a autora parece reconhecer uma pluralidade de estudos linguísticos e, por considerar esses estudos, diz ter buscado regularidades e ter tentado ultrapassar as particularidades de cada estudioso, de cada gramático. Vale destacar também o caráter político da obra, que, justamente por reconhecer que cada gramático elabora suas gramáticas de um jeito, tem como objetivo fazer de si mesma uma referência na descrição e normatização da língua portuguesa – não só do Brasil, como de toda a comunidade lusófona.

b. Aspectos teórico-metodológicos? O que parece guiar toda a abordagem do compêndio é a tradição do fazer gramatical em língua portuguesa. A autora retoma historicamente a formação histórica da língua nos contextos romanos e da Península Ibérica

sem nunca se aprofundar na contextualização expressiva da língua portuguesa do Brasil. O mais próximo que Haüy chega disso é quando ela retoma a NGB – mesmo tecendo críticas a ela – para explicar seus conceitos. A respeito do *corpus* que constitui a G2, pode-se dizer que há excertos de obras literárias, onde se destaca a Obra Poética de Fernando Pessoa, e trechos dos Códigos Civil e Penal, da Constituição de 1988 e do Novo Código Civil. Para Cavaliere (2014), o exemplário adotado por Haüy é bastante restritivo e vai de encontro à própria crítica tecida pela autora de que “muitas gramáticas atuais ainda se atrelam aos mestres do passado” (ANJOS, p. 201). Ainda a respeito dos aspectos teórico-metodológicos, Haüy visita diversos autores (Saussure, Chomsky, Pretti, Castilho etc.), não se filiando estritamente a nenhuma corrente teórica da Linguística, para tomar noções relativas, dentre outras, a língua (falada e escrita) e norma culta (que é tida em sinônimo à norma-padrão).

c. Características estruturais? Além do *Prefácio* e da *Introdução*, divide-se em 29 tópicos. Os nove primeiros dedicam-se a temáticas mais gerais: respectivamente, *Origem e formação da língua portuguesa*, *Língua escrita e língua falada*, *Gramática: conceito e divisão*, *Fonética*, *Ortoépia*, *Prosódia*, *Ortografia*, *Estrutura das palavras* e *Processos de formação das palavras*.

Os demais (20), que se encontram na seção intitulada *Morfossintaxe das classes de palavras*, são: *Artigo*, *Substantivo*, *Adjetivo*, *Numeral*, *Pronome*, *Preposição*, *Crase*, *Conjunção*, *Verbo*, *Vozes verbais*, *Advérbio*, *Palavras e locuções denotativas*, *Interjeição*, *Morfossintaxe do QUE*, *Morfossintaxe do SE*, *Frase – Oração – Proposição*, *Os componentes da oração*, *Período*, *Sintaxe de regência* e *Sintaxe de concordância*.

Por fim, seções de *Bibliografia* e *Anexos*.

d. Localização do fenômeno sintático em foco (concordância)? Questões relacionadas à concordância são trazidas à tona dentro da seção de “Morfossintaxe das classes de palavras”, mais precisamente no subtópico chamado “Sintaxe de concordância” (p. 1251-1292). A autora divide o subtópico, de quarenta e uma páginas, em quatro partes. São elas: 1. Classificação 2. Concordância gramatical do adjetivo 3. Concordância gramatical do verbo 4. Concordância ideológica ou figurada.

II. ABORDAGEM DO FENÔMENO SINTÁTICO

a. **A realidade linguística do português brasileiro é considerada, de modo central ou periférico?** Como dito anteriormente, o que guia toda a G2 é a ideia de que a língua portuguesa é uma só em toda a comunidade lusófona. A autora até reconhece que há particularidades no português falado no Brasil, porém, quando as destaca, ela o faz de maneira periférica, por meio de observações e comentários. Um exemplo disso pode ser visto na página 1284, onde, ao discorrer sobre locuções verbais que utilizam o verbo “ter” no lugar de “haver”, Haury cria uma observação para dizer que essa é uma característica do “português coloquial do Brasil” (p. 1284) e, logo a seguir, cria uma nota, dentro da observação, para discorrer sobre a historicidade do uso do termo (ela defende que isso não é uma criação brasileira, mas sim a conservação de um uso arcaico do português de Portugal que continuou sendo falado no Brasil mesmo depois do período de colonização).

b. **Contrasta-se o português de Portugal com o português do Brasil? Com que finalidade?** Não. Quando há alguma distinção, ela surge em caráter de observação ou nota, como no exemplo descrito acima.

c. **Há espaço para a prescrição de regras, central ou periféricamente?** Haury deixa claro, desde o início, que sua gramática visa a ser uma gramática descritiva, prescritiva e crítica. Assim, a prescrição de regras assume o papel de ser vértebra central na estrutura do compêndio e poucas são as observações críticas a respeito dessas regras. Em vários momentos, ela cita e resgata gramáticos filiados ao PTG, como Evanildo Bechara, Carlos Góis e Napoleão de Almeida – evidenciando ainda mais o caráter prescritivo e tradicionalista de sua obra.

d. **A descrição/prescrição das regras/regularidades é apresentada como possibilidades de uso (atentando à predominância, por exemplo) ou como formas obrigatórias/exclusivas?** Quase que exclusivamente as regras são apresentadas como formas exclusivas. Quando há exemplos de variação, eles aparecem listados como possibilidades, mas só são reconhecidos como tais porque A) ou algum gramático anteriormente abonou o uso ou B) porque foi usada por algum literato.

e. **As duas modalidades da língua determinam a descrição/prescrição gramatical? Em que medida?** Não. A G2 é uma gramática que descreve a modalidade escrita e mantém seu foco nela. Eventualmente, surgem trechos que abordam construções comuns no que a

autora chama de “linguagem coloquial” ou “português coloquial”; todavia, são exemplos raros que, embora descritos, são vetados pelas regras impostas.

f. Dimensões textuais/discursivas são consideradas? De que maneira? Não. Nunca se tem a análise do texto ou do discurso. O que aparece como exemplo das prescrições na G2 são trechos e frases de textos oficiais e frases retiradas de obras literárias — que nunca são analisadas pela dimensão integral dos textos.

g. A variação e a mudança linguística são fatores mencionados, analisados, pontual ou transversalmente? Não há, pelo menos na parte destinada ao fenômeno de concordância, nenhuma menção à variação e mudança linguística. O mais próximo dessas ideias que Haug chega é quando, para vetar o uso do verbo “ter” no sentido de “existir”, ela recorre à história e colonização para explicar o porquê dos brasileiros falarem, na modalidade oral, dessa maneira.

h. Qual é a natureza dos exemplos apresentados? A maior parte dos exemplos foi extraída de textos literários de autores como Fernando Pessoa e Lima Barreto. Há ainda enxertos de documentos oficiais (como a Constituição e o Código Civil) e de materiais didáticos de gramáticos tradicionais como Bechara e Napoleão de Almeida.

i. Pesquisas sobre o tema são citadas? Para corroborar alguns de seus posicionamentos ou explicitar divergências teóricas entre os gramáticos, a autora resgata textos e opiniões de alguns gramáticos tradicionais sobre o tema. Não há nenhuma menção a estudos linguísticos pós-*virada* linguística.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Departamento de Língua Portuguesa e Linguística

FICHA DE ANÁLISE – 01

GRAMÁTICA AVALIADA:

NEVES, M. H. de M. *A Gramática do Português Revelada Em Textos*. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

EIXOS DE ANÁLISE

I. ASPECTOS GERAIS DO INSTRUMENTO LINGUÍSTICO

a. **Demandas e propósitos sociais?** O compêndio *A Gramática do Português Revelada em Textos*, doravante G3, tem como intento fazer com que a gramática seja entendida como a organização de princípios que leva à produção textual-discursiva. Nas palavras de Moura-Neves, o que se pretende é “levar a gramática ao mesmo universo que é da ciência e é da história, que requer raciocínio e também requer arte [...]. Por isso, a diretriz central é falar da língua portuguesa falando da linguagem em uso, falando dos procedimentos de constituição dos enunciados vivos da linguagem” (p. 18). Dessa forma, a autora leva seu leitor, a partir de textos diversos, a fazer com que as reflexões presentes em sua gramática sejam transpostas às salas de aula “ou pela leitura direta de suas “lições” (a depender do nível do ensino), ou pela voz dos professores que delas se sirvam nas suas aulas” (p. 18).

b. **Aspectos teórico-metodológicos?** Moura-Neves entende a linguagem como uma prática que se dá por intermédio da interação. Para ela, é (também) por causa da língua que se perpetuam culturas e, por causa disso, deve-se levar em conta aspectos relacionados ao funcionamento sintático da língua, a representação semântica (as significações), as determinações e regulações pragmáticas (os efeitos). Assim, a reflexão da língua se dá em quatro níveis diferentes que se interligam: em situação de interação

(pragmática), com função nas estruturas (sintaxe), com determinadas formas (morfologia) e com um significado determinado — mas nunca exato (semântica). O arcabouço terminológico que a autora escolhe para utilizar em sua G3 é o mesmo proposto pela *Nomenclatura Gramatical Brasileira* (NGB). Isso revela (e reforça) sua preocupação de que seu material seja usado em situação escolar. Segundo a própria, “outras denominações [terminológicas] só são introduzidas quando isso é necessário para que se contemplem todos os fatos que devam ser examinados. A noção básica é a de que interessam mais os fatos que os dados criam (e as reflexões sobre eles) do que as simples denominações” (p. 24).

c. Características estruturais? A G3 se organiza em três grandes partes: uma primeira parte, chamada de *Noções Básicas*, que conta com quatro capítulos com indicações mais gerais sobre questões conceituais de gramática; uma segunda parte, denominada *Classes e Funções*, composta por vinte e sete capítulos, que se dedica às diversas classes/subclasses de palavras e seu funcionamento; e uma terceira parte, *Para Consulta*, composta majoritariamente de quadros e dividida em cinco capítulos, cuja função é, como o próprio nome sugere, servir como uma seção de consulta das regras normativas. Cada capítulo, com exceção dos contidos na terceira parte, é formado por um texto que serve como mote, explicações sobre os conceitos abordados e exemplos. Há também pequenos trechos com o fundo em cinza que prescrevem regras de acordo com o que a autora chama de *gramática normativa*.

Um ponto que pode ser considerado negativo em relação à estrutura é o índice: ele não apresenta os nomes e os assuntos tratados nos subcapítulos, de modo que, para saber do que eles se tratam, é preciso ir até a primeira página de cada capítulo e verificar nela os assuntos que serão discutidos nas páginas vindouras.

d. Localização do fenômeno sintático em foco (concordância)? Embora a autora dedique um espaço exclusivo ao assunto em foco (o segundo tópico do segundo capítulo da terceira parte do livro se chama “Concordância Verbal” (p. 1257-1262)), Moura-Neves aborda a concordância logo na primeira parte de sua gramática (*Noções Básicas*), dentro do capítulo “As funções sintáticas”, mais especificamente no subtópico “1.3 Regência, colocação e concordância” (p. 86), dando uma definição mais geral sobre o que é o fenômeno.

Além disso, ela também aborda a concordância, de maneira diluída, em vários capítulos da segunda parte de sua gramática, que se destinam a investigar as classes e funções das palavras. Assim, na segunda parte do livro, o tema é exposto tangencialmente nos capítulos: 1. Verbo/ Predicado; 7. Pronomes pessoais; 9. Pronomes demonstrativos; 10. Pronomes indefinidos; 11. Pronomes relativos/ Orações subordinadas adjetivas; 12. Numerais; 13. Preposições; 14. Coordenação / Conjunções coordenativas / Orações coordenadas; 27. Figuras de linguagem.

Já na terceira parte do livro (*Para Consulta*), como já dito, o fenômeno ganha ares de protagonista ao ter um espaço exclusivo para sua reflexão (no capítulo 2, chamado *Sintaxe do verbo*, há um subtópico dedicado exclusivamente à concordância verbal: “Concordância Verbal” [p. 1257-1262]). O conteúdo, que antes fora diluído nos capítulos da segunda parte, aqui se apresenta de maneira sistematizada e organizada, sendo bem fácil consultar eventuais dúvidas a respeito da norma-padrão. Além disso, o fenômeno concordância também aparece citado no capítulo primeiro dessa terceira parte, chamado *Gênero e número dos substantivos*.

II. ABORDAGEM DO FENÔMENO SINTÁTICO

- a. **A realidade linguística do português brasileiro é considerada, de modo central ou periférico?** A realidade linguística do português brasileiro é considerada de modo central.
- b. **Contrasta-se o português de Portugal com o português do Brasil? Com que finalidade?** Não. A autora não faz distinção entre o português de Portugal e o português do Brasil. Ela sequer denomina a língua que gramatiza como português do Brasil ou de Portugal — e aqui falo especificamente sobre a apresentação, a introdução e os capítulos iniciais que ela denomina de “Noções Básicas”. No entanto, devido a natureza do exemplário (textos literários tidos como contemporâneos, canções brasileiras, quadrinhos de autores brasileiros, provas do Enem e etc.) é possível assumir que Moura-Neves gramatiza, se interessa e reflete acerca do português do Brasil. Outra “pista” que serve para engrossar o coro nessa hipótese se dá na página 24, quando a autora diz que não irá tratar de regras ortográficas no livro porque “(...) o Brasil dispõe de um *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa – Volp* (disponível no site da Academia Brasileira de Letras e também em aplicativo)”.
- c. **Há espaço para a prescrição de regras, central ou periféricamente?** Sim! A autora entende sua G3 como algo que reflete a língua num viés do que se é “normal” e também

num viés do que se é “normativo”. Segundo ela, “pode-se falar de norma como aquilo que qualquer falante escolarizado considera como uso “normal” da língua (o que representa a média dos usos) e pode-se falar de norma como aquilo que se tem como “normatizado”, “regrado” pelos órgãos socioculturalmente instituídos da sociedade (o que se entende como “norma culta”, “norma padrão”, ou similares)” (p. 22).

Para refletir sobre ambos os sentidos de norma, a linguista deixa claro que, quando se trata de uma prescrição da tradição (esse segundo caso), o texto será marcado com fundo cinza, indicando que se trata “mais diretamente [de] recomendações ou prescrições da chamada “gramática normativa”, o que visa à elucidação do fato de que não se trata, no caso, de indicações puramente funcionais, como a grande maioria dos textos que compõem esta obra” (p. 22).

d. A descrição/prescrição das regras/regularidades é apresentada como possibilidades de uso (atentando à predominância, por exemplo) ou como formas obrigatórias/exclusivas?

Sim, Moura Neves se atenta sempre às possibilidades de uso. Durante quase todo o tempo a autora discorre sobre as variantes possíveis dentro de cada caso, além de explicitar como a tradição prescreve o uso. Essa postura casa perfeitamente com o posicionamento assumido no início da gramática, quando a autora diz que entende que “o papel fundamental da escola é conduzir os alunos na reflexão dessa questão, bem como conduzi-los esclarecidamente no trato com esses padrões” (p. 22).

e. As duas modalidades da língua determinam a descrição/prescrição gramatical?

Em que medida? Sim. A G3 é uma gramática que descreve a linguagem verbal na modalidade escrita e também na modalidade falada, embora mantenha seu foco nos textos escritos. Um exemplo dessa preferência do enfoque acontece quando a autora aborda gêneros como o texto teatral: ela o faz a partir do roteiro de uma peça escrita e não do roteiro encenado oralmente (embora considere as indicações de como a peça deve ser lida).

f. Dimensões textuais/discursivas são consideradas? De que maneira? Como o próprio nome sugere, a G3 tem como ponto de partida de suas reflexões as dimensões textuais e discursivas dos textos postos. Assim, se tem primeiro um texto e, em seguida, se discute essas questões e como elas se manifestam nos textos através dos mecanismos gramaticais.

g. A variação e a mudança linguística são fatores mencionados, analisados, pontual ou transversalmente? Moura-Neves dedica um subcapítulo inteiro para tratar sobre *Variação Linguística* (p. 134-136), na parte um do livro, chamada de *Noções Básicas*. Além de explicitar logo no início do que se trata disso, a autora diz que essa ideia servirá como guia para todas as explanações posteriores. E ela cumpre o que diz, uma vez que apresenta, transversalmente, variadas formas possíveis de se dizer certas coisas.

h. Qual é a natureza dos exemplos apresentados? O exemplário é constituído de um *corpus* de mais de 270 milhões de ocorrências disponível em meio digital no Laboratório de Lexicografia da Faculdade de Ciências e Letras Unesp, Campus de Araraquara. Dentre os exemplos, destacam-se textos literários e não literários de autores brasileiros (Luís Fernando Veríssimo, Ignácio de Loyola Brandão, José Paulo Paes, Cruz e Souza, Paulo Leminski, Aluísio Azevedo e muitos outros), canções (como uma de Ana Carolina), tirinhas traduzidas (como do Hangar) e peças de teatro. Além disso, a autora diz que analisou, para a língua falada, o *córpus* mínimo do Nurc – RJ.

i. Pesquisas sobre o tema são citadas? No que se refere ao fenômeno concordância, não há nenhuma pesquisa citada explicitamente nas partes do livro que se dedicam a tratar do assunto (p. 86 e p. 1257-1262). No entanto, pelo que pude observar numa leitura descompromissada de outros capítulos, Moura-Neves cita, eventualmente, as pesquisas de alguns linguistas sobre os temas que aborda.